



**TESE DE MESTRADO
APRESENTADA À EPGE**

POR: Simão Davi Silber

EM: 2 de julho de 1973

MS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

POLÍTICA ECONÔMICA; DEFESA DO NÍVEL DE RENDA
E INDUSTRIALIZAÇÃO NO PERÍODO 1929/1939

TESE SUBMETIDA À CONGREGAÇÃO DA
ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (EPGE)
DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE

MESTRE EM ECONOMIA

POR
SIMÃO DAVI SILBER

Rio de Janeiro, GB.
Julho, 1973



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

CAIXA POSTAL 21 120 ZC - 05

RIO DE JANEIRO - GUANABARA BRASIL

ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

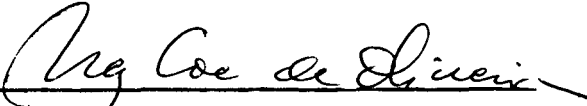
D E C L A R A Ç Ã O

A quem de direito e para os devidos fins e efeitos, declaro que a Tese de Mestrado em Economia, apresentada em definitivo a esta Escola, em 2 de julho de 1973, pelo economista Simão Davi Silber, intitulada "Política Econômica: Defesa do Nível de Renda e Industrialização no Período 1929/1939", foi examinada pelos professores doutores Jessé de Souza Montello, Carlos Geraldo Langoni e José Luiz Carvalho e, em 6 de agosto de 1973, foi dada e julgada, também em definitivo, como aprovada com grau 9 (nove).

"In fide",

Rio de Janeiro (GB), 8 de agosto de 1973.




Ney Coe de Oliveira
Subdiretor Adm/EPGE

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

CAIXA POSTAL 21 120 ZC - 05

RIO DE JANEIRO - GUANABARA BRASIL

Ao Sr.

Dr. Mario Henrique Simonsen

M.D. Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia
da Fundação Getúlio Vargas

Prezado Diretor

Tendo sido designado para examinar a Tese de Mestrado de Simão Davi Silber, intitulada "Política Econômica; Defesa do Nível de Renda e Industrialização no Período 1929/1939", tenho a de -
clarar que a mesma merece aprovação, pela sua elevada contribuição
ao domínio da economia, à qual, por essa razão, atribuo o grau 9 (no-
ve).

Rio de Janeiro (GB), 3 de agosto de 1973

Atenciosamente,



Jessé Montello

Jessé Montello

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

CAIXA POSTAL 21 120 ZC - 05

RIO DE JANEIRO - GUANABARA BRASIL

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1973

Ilmo. Sr.

DR. MARIO HENRIQUE SIMONSEN

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia
da Fundação Getúlio Vargas

N E S T A

Sr. Diretor

Para os devidos fins e efeitos, declaro que examinei a Tese de Mestrado do Sr. Simão David Silber, intitulada "Política Econômica; Defesa do Nível de Renda e Industrialização no Período 1929/1939".

Considero a Tese de alto nível e portanto aprovo-a, atribuindo-lhe grau nove (9).

Atenciosamente,



Carlos G. Langoni



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

CAIXA POSTAL 21 120 ZC - 05

RIO DE JANEIRO - GUANABARA BRASIL

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1973

Ilmo.Sr.

DR. MARIO HENRIQUE SIMONSEN

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia
da Fundação Getúlio Vargas

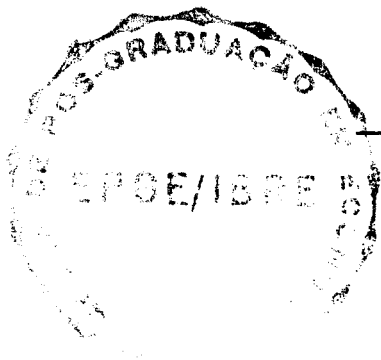
N E S T A

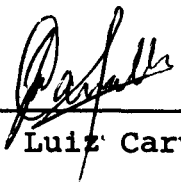
Sr. Diretor

Para os devidos fins e efeitos, declaro que examinei a Tese de Mestrado do Sr. Simão David Silber, intitulada "Política Econômica; Defesa do Nível de Renda e Industrialização no Período 1929/1939".

Considero a Tese aprovada, atribuindo-lhe grau nove(9).

Atenciosamente,





José Luiz Carvalho

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
I . As análises da Política Econômica e do Desempenho da Economia Brasileira durante o período 1929/1939	3
A - a análise de Celso Furtado	3
B - a análise de C. M. Peláez	8
C - a análise de Suzigan e Villela	16
D - a análise de Albert Fishlow	17
II . Análise da Política Econômica e do Comportamento da Economia Brasileira durante o período 1929/1939	20
A - introdução	20
B - o período 1919/1929	21
C - sumário	37
F - o período 1929/1939	37
E - sumário	56
F - qualificação às análises da política econômica e do desempenho da economia brasileira durante o período 1929/1939	57
III . Considerações Finais	65
A - período 1919/1929	65
B - período 1929/1939	65
APÊNDICES	
1. Dados do Setor Externo da Economia Brasileira	67
2. Dados do Setor Cafeeiro	70
3. Dados do Setor Governo para 1919/1939	73
4. Dados de Produto, Renda Real, Preços Agrícolas e Formação de Capital na Indústria 1919/1939	76
5. Dados Monetários	80
BIBLIOGRAFIA	84

ÍNDICE DAS TABELAS

1. Receitas e Despesas do Conselho Nacional do Café	42
2. Receitas e Despesas do Departamento Nacional do Café	45

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

1 . Participação das Receitas de Exportações de Café no PNB	22
2 . Participação das Receitas de Exportações de Café nas Receitas Totais das Exportações	23
3 . Receitas de Exportações de Café	25
4 . Índice do Preço do Café em Libras e da Taxa de Câmbio	26
5 . Preço Real do Café - Mil Reis por saca a Preços de 1929	27
6 . Índice de Relações de Troca	28
7 . Índices de Crescimento da Produção Industrial e da Taxa de Câmbio	30
8 . Participação dos Gastos do Governo no PNB e Déficit como Fração dos Gastos do Governo	31
9 . Índice da Evolução dos Meios de Pagamentos e do Papel Moeda Emitido	32
10. Índice do Crescimento da "Liquidez Real"	35
11. Índice da Taxa de Câmbio Nominal e Índice do "Indicador de Preços Internos"	36
12. Índice do Crescimento do Produto Real	38
13. Produção Brasileira de Café em Milhões de Sacas de 60 Kilos	40

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste trabalho é o de levantar as principais interpretações e qualificações ao comportamento da Economia Brasileira durante o período 1929/1939, e, à luz das recentes pesquisas históricas, dos dados adicionais levantados e da análise crítica destas mesmas interpretações, tirar conclusões que possam diminuir as grandes discrepâncias de análise com relação ao papel desempenhado pelo setor público e pelos mecanismos de defesa do setor cafeeiro como fatores dinâmicos e responsáveis pela recuperação da Economia Brasileira durante a década dos trinta.⁽¹⁾

Inicialmente, apresentaremos as diversas interpretações sobre os dados históricos e dos impactos das políticas econômicas seguidas sobre o sistema econômico durante a década dos trinta. Veremos que existem posições as mais diversas possíveis: desde a de Celso Furtado que argumenta que a defesa dos interesses cafeeiros possibilitou a manutenção do nível de renda da economia em níveis elevados e facilitou o desenvolvimento industrial até a de Carlos Pelaéz que tenta provar que o programa de defesa do setor cafeeiro teve um impacto desprezível sobre o nível de renda da economia brasileira e impossibilitou o desenvolvimento industrial durante o período. Pelaéz, também procura mostrar que políticas econômicas "ortodoxas" influem negativamente sobre o nível de renda e a industrialização ao longo da década dos trinta.⁽²⁾

Com uma posição idêntica à de Furtado temos a argumentação de Werner Baer, enquanto que Annibal Villela e Wilson Suzigan encontram-se em

-
- (1) Incluiu-se neste trabalho uma análise da política econômica do governo e da defesa do setor cafeeiro durante o período 1919/29 para podermos comparar o impacto de tais políticas com as da década dos trinta.
- (2) A ortodoxia econômica é aqui definida como a implementação de tres políticas que são desejáveis sob quaisquer condições econômicas: equilíbrio orçamentário, austeridade monetária e altas taxas de câmbio.

uma posição bastante próxima à de Pelaéz quanto à "ortodoxia" da política econômica e quanto à política de defesa do setor cafeeiro, mas apresentam dados concretos sobre o crescimento industrial ao longo dos trinta. Adicionalmente, temos as qualificações feitas por A.Fishlow com relação às posições de Furtado e Pelaéz, sem se definir por uma ou outra interpretação para os fatores que ocorreram na década dos trinta, porém concluindo que "A desvalorização real (da taxa de câmbio), como ocorrera tão frequentemente no passado, foi ainda mais decisiva do que as tarifas para alterar os preços relativos em favor da substituição de importações".⁽¹⁾

A seguir tentar-se-á identificar os modelos decorrentes das posições dos diversos autores, ou pelo menos de uma forma sistemática, interpretar a sequência de raciocínio de cada autor.

Em segundo lugar será apresentada uma análise dos principais dados disponíveis sobre a Economia Brasileira e das políticas seguidas durante o período relevante para nosso estudo. A partir de tais elementos tentaremos tirar conclusões sobre os fatores determinantes do pequeno impacto da "Grande Depressão" na Economia Brasileira bem como dos fatores responsáveis pela recuperação dos níveis do produto real e particularmente da indústria logo no início da década dos trinta.

A seguir tentar-se-á avaliar criticamente as posições dos diversos autores, com base nos dados e análises desenvolvidas nesta parte do trabalho.

Finalmente, far-se-á, um sumário das conclusões relevantes para a interpretação das políticas econômicas e da Economia Brasileira ao longo da década dos trinta.

(1) A.Fishlow "Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil" - Estudos Econômicos IPE/USP - Volume 2 (Dez., 1972) : pag. 38.

CAPITULO I

AS ANÁLISES DA POLÍTICA ECONÔMICA E DO DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE O PERÍODO 1929/1939

Vejamos, inicialmente, as diferentes interpretações sobre o impacto da política econômica do governo sobre o sistema econômico e particularmente sobre seus efeitos sobre a industrialização brasileira durante a década dos trinta.

A. A Análise de Celso Furtado

Segundo Furtado "Ao deflagrar-se a crise mundial a situação da economia cafeeira se apresentava como segue. A produção, que se encontrava a altos níveis, teria de seguir crescendo, pois os produtores haviam continuado a expandir as plantações até aquele momento. Com efeito, a produção máxima seria alcançada em 1933, ou seja, no ponto mais baixo da depressão, como reflexo das grandes plantações de 1927-28" (1).

Para solucionar este problema, ele aponta inicialmente a importância do mecanismo "clássico" de defesa do setor cafeeiro através da taxa cambial:

"A baixa brusca do preço internacional do café e a falência do sistema de conversibilidade acarretaram a queda do valor externo da moeda. Essa queda trouxe, evidentemente, um grande alívio ao setor cafeeiro da economia. A baixa de preço internacional do café havia alcançado 60 por cento. A alta da taxa cambial chegou a representar uma depreciação de 40 por cento (isto entre 1929 a 1932-34). O grosso das perdas poderia, portanto, ser transferido para o conjunto da coletividade através da alta dos preços de importações" (2).

Porém, em função das excepcionais colheitas, o mecanismo cambial era insuficiente para resolver o problema cafeeiro, pois uma parte apreciável da produção ficava sem nenhuma possibilidade de mercado.

(1) Celso Furtado - "Formação Econômica do Brasil" - Editora Fundo de Cultura (1961) : pag. 209

(2) Celso Furtado - "Formação.....: pag. 210

Eram necessárias medidas suplementares:

"Fazia-se indispensável evitar que os estoques invendáveis, pressionassem sobre os mercados acarretando maiores baixas de preços. Era essa a única forma de evitar que o equilíbrio fosse obtido à custa do abandono puro e simples da colheita, isto é, com perdas concentradas no setor cafeeiro. Entretanto, como financiar a retenção de estoques? Teria de ser evidentemente com recursos obtidos dentro do próprio país, seja retendo uma parte do fruto da exportação do café, seja com pura e simples expansão de crédito. Na medida em que se utilizou a expansão de crédito houve mais uma vez uma socialização dos prejuízos" (1).

Porém não bastava retirar do mercado parte da produção do café, já que esse excedente de produção não tinha nenhuma possibilidade de ser vendido dentro de um prazo razoável:

"A destruição dos excedentes das colheitas se impunha, portanto, como uma consequência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender". Obtinha-se, desta forma, o equilíbrio entre a oferta e a procura a nível mais elevado de preços" (2).

Segundo Furtado as consequências da política de retenção e destruição de parte da produção cafeeira, seguida com o objetivo de proteger o setor cafeeiro foram os seguintes:

"Ao garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia. Como a produção do café cresceu nos anos da depressão, tendo sido a colheita máxima de todos os tempos a de 1933, é evidente que a renda global dos produtores agrícolas se reduziu menos que os preços pagos a esses pro

(1) Celso Furtado "Formação.....: pag. 211

(2) Celso Furtado "Formação.....: pag. 212

dutores. Dessa forma, ao permitir que se colhessem quantidades crescentes de café, estava-se inconscientemente evitando que a renda monetária se contrairia na mesma proporção que o preço unitário que o agricultor recebia por seu produto" (1).

"O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante de renda que se criava. Estávamos, em verdade construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizara KEYNES".

"Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anti-cíclica de maior amplitude que a que se tinha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados" (2).

O investimento em estoques de café efetuados durante a fase da Grande Depressão é para Furtado o elemento que contrabalança o efeito negativo da diminuição dos demais investimentos sobre o nível de renda. Segundo sua análise:

"A compra do café para acumular representava uma criação de renda que se adicionava à renda criada pelos gastos dos consumidores e dos inversionistas. Ao injetar-se na economia, em 1931, um milhão de contos para a aquisição de café e sua destruição, estava-se criando um poder de compra que em parte iria contrabalançar a redução dos gastos dos invessionistas, gastos estes que haviam sido reduzidos em 2 milhões de contos. Dessa forma, evitava-se uma queda mais profunda da procura naqueles setores que depediam indiretamente da renda criada pelas exportações" (3)

(1) Celso Furtado "Formação.....: pag. 214

(2) Celso Furtado "Formação.....: pag. 216

(3) Celso Furtado "Formação.....: pag. 217

A seguir Furtado chama atenção para o fato de que a acumulação de estoques financiados por créditos associados ao efeito multiplicador de renda decorrente desse dispendio não podiam ser satisfeitos por importações. A política de fomento da renda, implícita na defesa dos interesses cafeeiros era responsável por um desequilíbrio externo que se corrigia através da forte baixa do poder aquisitivo externo da moeda. Isto por sua vez comprimia o coeficiente de importações favorecendo o setor industrial:

"Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital.

"A precária situação de economia cafeeira, que vivia em regime de destruição de um terço do que produzia com um baixo nível de rentabilidade, afugentava desse setor os capitais que nele se formavam" (1).

Segundo Furtado, nos anos que se seguem à depressão, o fator dinâmico principal na economia brasileira passa a ser o mercado interno. As rentabilidades relativas, agora, passam a favorecer as atividades voltadas para a satisfação da demanda interna. O setor industrial, particularmente, no início expande sua produção com base em uma maior utilização de capacidade. "Esse aproveitamento mais intensivo da capacidade instalada possibilita uma maior taxa de rentabilidade para o capital aplicado, criando os fundos necessários, dentro da própria indústria, para sua expansão subsequente" (2).

Além disto, em função das dificuldades para importação, cria-se no Brasil condições para a ampliação da produção de bens de capital medida pela produção de ferro, aço e cimento.

(1) Celso Furtado "Formação.....: pag. 220

(2) Celso Furtado "Formação.....: pag. 221

A síntese da análise de Furtado é a seguir apresentada:

"A decisão de continuar financiando, sem recursos externos, a acumulação de estoques, qualquer que fosse a repercussão sobre a balança de pagamentos, foi de consequências que na época não se podiam suspeitar.

Mantinha-se, assim a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações, consequência da depreciação cambial, à existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico no processo de criação de renda" (1)

Aos argumentos de Furtado, Baer acrescenta um elemento adicional ' que teria favorecido a defesa do setor cafeeiro: o "Reajustamento Econômico". Este consistia na redução de 50% das dívidas dos agricultores contraídas com instituições bancárias antes de 30 de junho de 1933 e existentes a 1 de dezembro do mesmo ano. É evidente que isto foi um fator adicional de suporte às atividades do setor cafeicultor brasileiro, embora a magnitude do impacto de tal medida não possa ser considerado fundamental para explicar a defesa do café.

Vejamos, agora, o modelo teórico decorrente da análise de Furtado ' para explicar a rápida industrialização dos trinta:

Do ponto de vista macroeconômico, um modelo Keynesiano se adaptaria bem aos seus argumentos:

Em primeiro lugar, os investimentos em estoque de café seriam um elemento importante para manter a demanda agregada elevada. Em segundo lugar, o mecanismo cambial, minorava os efeitos sobre a retração das receitas de exportações fazendo com que a renda e a demanda em cruzeiros associada ao setor exportador permanecesse elevada.

(1) Celso Furtado : "Formação.....: pag. 225

Estes dois elementos seriam os responsáveis para a manutenção da demanda agregada em níveis elevados.

Do ponto de vista microeconômico, a modificação de preços relativos, favorecendo a indústria decorrente da situação do comércio internacional e da defesa do nível de renda interna, faz com que o setor industrial seja o responsável pelo dinamismo da economia brasileira durante a década dos trinta.

B. A Análise de C.M.Pelaez

A precocupação básica de Pelaez é a de **testar** as afirmações de Furtado com relação ao comportamento da economia brasileira no período de 1929/1939. Para ele existiram dois fatores responsáveis' pelo atraso industrial brasileiro (não somente durante a década dos trinta):

1. A proteção dada ao setor cafeeiro, através da fixação de preços mínimos do produto distorceu as lucratividades relativas na economia (fator mais importante).
2. Políticas Monetárias, cambiais e Fiscais "ortodoxas" contrárias' à industrialização.

Para avaliar a importância da defesa do setor cafeeiro Pelaez divide a "tese Furtado" em dois argumentos para fins de quantificação:

- a) Argumento da Recuperação: onde Furtado explica a manutenção dos níveis de renda do país durante a década dos trinta em termos de políticas fiscais e efeitos redistributivos.
- b) Argumento da Transferência: onde Furtado parte da premissa da manutenção da receita e explica a industrialização como sendo uma transferência de recursos "líquidos" e reais da agricultura' de exportação para a indústria, em função da maior rentabilidade desta última.

Para avaliar o primeiro argumento Pelaez levanta os dados de receitas e despesas do Conselho Nacional do Café para identificar a fonte real dos fluxos financeiros destinados à sustentação do café. Com relação à execução desta política, entre maio de 1931 a

fevereiro de 1933, ⁽¹⁾ a conclusão de Pelaez é a seguinte: "O crescimento das despesas, financiado por impostos novos, não corresponde à política fiscal Keynesiana". "A compra e destruição dos estoques foram financiados principalmente, pelos novos impostos de exportação. Os créditos do Banco do Brasil e do Tesouro não podem ser considerados, estritamente falando, uma geração de moeda, pois foram pagos com as receitas mensais, provenientes das exportações. O Banco do Brasil era um grande banco comercial que negociava com o governo. Os créditos são essencialmente uma transação comercial. Entretanto é possível admitir-se, dentro de hipóteses estritamente Keynesianas, que os créditos tenham facilitado a recuperação, embora seja difícil verificar a magnitude do impacto. Mas é óbvio que a recuperação não pode ser explicada através de um simples modelo keynesiano de sustentação do setor cafeeiro. Logo, a Tese Furtado é inválida para o princípio da década dos trinta. Entretanto, ela poderia aplicar-se ao fim da década, no período em que, supostamente, a indústria mais se beneficiou. Na realidade, porém, como indicamos abaixo, a Tese de Furtado é ainda menos apropriada para os últimos anos da década de 1930" ⁽²⁾.

A seguir Pelaez chama a atenção para o fato de que a partir de 1934 uma parcela maior da defesa do setor cafeeiro passa a ser feita através da "quota de sacrifício" pela qual o Governo paga um preço irrisório e por uma quota retida pela qual paga um preço mais elevado, deixando somente uma parcela da produção se dirigir aos portos de exportações. A partir de 1937, a única intervenção do mercado passa a ser feita através da "quota de sacrifício" (imposto em espécie) seguindo o resto da produção para o mercado externo. Isto ficou conhecido como "Política de concorrência".

Para ressaltar ainda mais a precariedade da argumentação de Fur-

(1) Os dados referentes a atuação do CNC são apresentados na tabela I.

(2) C.M. Pelaez - "História da Industrialização Brasileira" - APEC (1972). pag. 50

tado com relação ao período 1930/1934, Pelaez vai buscar depoimentos de políticos e observadores da época:

"Para os efeitos do relatório a ser apresentado pelo Ministro da Fazenda, o presidente do DNC resumiu as operações de sustentação de café efetuadas durante o governo provisório até **junho** de 1934. A soma do café recolhido no período foi de 48,5 milhões de sacas e as despesas totais, 2,7 milhões de contos. Havia sido contraídos ' empréstimos de aproximadamente 600 mil contos com o Banco do Brasil e de 330 mil contos com o Tesouro Nacional, para um crédito total de 990 mil contos. Até 1º de junho de 1934, a arrecadação da taxa **por** unidade sobre as exportações montava a 1,7 milhão de contos, O grosso do programa de sustentação do café fora financiado pelos novos impostos. Não é esta uma política fiscal compensatória. A renda gerada pelas novas despesas com o café foi parcialmente anulada pelos impostos. Com respeito aos créditos do Tesouro e do Banco, os primeiros podem ser considerados formalmente como criação de moeda já que não existia pressão para o repagamento. Mas o Banco do Brasil, embora fosse o banqueiro oficial, não era uma autoridade monetária. O crédito concedido ao DNC correspondia a créditos recusados a outros clientes do Banco. Não obstante, poderia afirmar-se ' que houve uma política fiscal compensatória devido ao crédito do Banco. Não foi, entretanto, a injeção de moeda sugerida por Keynes e alegada por Furtado" (1).

"O Ministro da Fazenda fez uma exposição semelhante à do Presidente do DNC. No Período de 1930-1934, de acordo com o Ministro, os inventários de café teriam somado 54,5 milhões de sacas, se o Governo Provisório não tivesse empreendido recolhimentos maciços . O governo conseguiria realizar isso....

"Sem empréstimos externos ou emissões prejudiciais de moeda. É verdade que foi criado um imposto de exportação.... destinado totalmente à compra e destruição do excesso de produção e aos outros serviços do CNC e do DNC. Não foi desviado um só xelim para um

(1) C.M. Pelaez "História..... : pag. 59

objetivo que não fosse a sustentação do café" (1).

"... a Tese Furtado, de que essa recuperação foi propiciada por e missão de dinheiro para a sustentação do café, se baseia numa importante distorção dos fatos históricos, alterando sensivelmente as conclusões de um simples modelo Keynesiano" (2).

Com a mudança drástica da política de defesa do café encetada em 1937, onde a única forma de intervenção era feito através do imposto em espécie e coincide com uma redução dos limites de crédito do DNC junto ao Banco do Brasil e da arrecadação dos impostos de exportação, Pelaez conclue que:

"Consequentemente, não houve emissão de moeda contínua, em grande escala, decorrente das políticas cafeeiras, na economia brasileira, durante a fase de recuperação da Depressão. Não se registraram dé ficits orçamentários na implantação das políticas cafeeiras" (3).

Um elemento importante da análise de Pelaez é o que ele chama de "Microeconomia da Sustentação do Café": utilizando o teorema de tarifas ótimas de Mill-Bickerdike e o Teorema de Lerner sobre a simetria dos impostos de importação e exportação mostra em um mode lo teórico que a imposição de um imposto sobre um produto exportado melhora as relações de troca para o país que impôs esta restrição ao livre comércio. A fixação de preços mínimos internos para o café ' distorce preços relativos em favor do setor cafeeiro. Após este e - xercício ele tira as seguintes conclusões:

"A prolongação de uma política protecionista durante várias décadas como no caso do Brasil, redundará, inevitavelmente, no desajuste dos recursos internos e a intensificação da concorrência externa. A má distribuição de recursos decorrentes dos preços mínimos do café é capaz de impedir o desenvolvimento industrial do país e a diversificação das atividades econômicas. A intensificação da concorrência externa pode provocar o insucesso da política de preços mínimos e, eventualmente, desgastar a vantagem relativa do país na produção de café. Logo, é por demais simplista avaliar como

(1) C.M. Pelaez - "História.....: pag. 60

(2) C.M. Pelaez - "História.....: pag. 61

(3) C.M. Pelaez - "História.....: pag. 71

o faz Furtado, as dificuldades comerciais do Governo de Vargas isoladamente dos programas anteriores de sustentação do café. Se o Brasil possuía vantagens comparativas potenciais numa série de ativi-dades industriais, os programas de sustentação do café prejudicaram a industrialização (1).

Apresentada de outra forma, sua conclusão é que: "Um importante erro de natureza tanto histórica quanto analítica da tese Furtado é atribuir a industrialização à política de proteção dos interesses dos exportadores. Furtado afirma que "a industrialização no Brasil foi.. um subproduto de medidas adotadas para beneficiar a economia tradicional de agricultura de exportação..." Foi exatamente essa distorção dos mercados cafeeiros, decorrentes da prolongada intervenção 'do governo, o que impediu a industrialização do Brasil. Essa distorção não só consistiu na fixação de preços mínimos para o café como também na distorção das rentabilidades relativas através da manipulação das taxas cambiais, oferta monetária e política fiscal. Só depois do total fracasso desse mecanismo de defesa do setor cafeeiro tornou-se possível a industrialização no Brasil. Não foi o mecanismo de defesa dos interesses cafeeiros que promoveu a industrialização, mas - como o provam definitivamente os fatos históricos - a eliminação desse mecanismo, principalmente depois de 1945" (2).

Com relação à política fiscal (gastos e impostos do governo federal) Pelaez afirma que os políticos e ministros da época sempre "desejaram" o equilíbrio orçamentário. Cita o conceito do Ministro da Fazenda Souza Dantas segundo o qual:

"A regra do equilíbrio (orçamentário) constitui um princípio indiscutível de sabedoria financeira e tem sido a meta do Governo... reduzir o déficit tanto quanto o permitem as atuais circunstâncias..." (3).

(1) C.M. Pelaez - "História.....: pag. 106

(2) C.M. Pelaez - "História.....: pag. 213

(3) C.M. Pelaez - "História.....: pag. 91

A seguir descreve uma série de medidas que o governo federal toma - com o intuito de equilibrar suas finanças e conclue:

"Celso Furtado alegou que a economia brasileira se recuperou na década de 1930, na base dos débitos substanciais, incorridos pelo governo federal do Brasil. A análise de fatos aqui introduzidos prova que essa suposição é falsa. Só houve um déficit, o de 1932, que poderia ser considerado como uma política compensatória Keynesiana e que foi ocasionado por um acidente histórico - a revolução paulista. Em todos os outros anos críticos da Depressão, o governo de Vargas seguiu uma política deliberada de equilíbrio "orçamentário" (1).

Pelaez associa ao aumento involuntário dos gastos em 1932 o superavit da balança comercial dos anos 1931/1932 para explicar o pequeno impacto da Grande Depressão no Brasil. Segundo ele:

"... o elevado superavit da Balança comercial em 1931 explica por que o produto real não caiu como deveria em consequência dos aumentos dos impostos e redução das despesas governamentais. Em 1932, o superavit da Balança Comercial, juntamente com o déficit governamental (provocado, principalmente, pelas defesas militares da revolução paulista) contribuiu para que a economia se recuperasse" (2).

No que se refere a política monetária, Pelaez enfatiza seu carácter ortodoxo:

"O primeiro Presidente do Banco do Brasil nomeado pelo Presidente' Vargas defendia a volta à filosofia de Murtinho. Tal argumentação foi feita em 1930, em meio à maior recessão da História do Brasil. O Banco do Brasil atacaria a inflação que supostamente estava prejudicando a prosperidade econômica do País. Não se fariam mais emissões, visto que esta fora a filosofia dos revolucionários rus-

(1) C.M. Pelaez - "História.....: pag. 92

(2) C.M. Pelaez - "A Balança Comercial, a Grande Depressão e a Indus -
trialização Brasileira" - Revista Brasileira de Economia (março, ' 1968) : pag. 34

tos para bolchevizar o seu país" (1).

Foram recolhidas 592 mil contos das notas do Banco do Brasil em 1930. O Banco foi posteriormente autorizado a emitir 300 mil contos, mas só emitiu 120. Segundo Pelaez:

"A política monetária de 1930 e 1931 manteria elevadas reservas em dinheiro nos bancos e reduziria, tanto quanto possível, o volume total dos meios de pagamento. Em 1932, um acontecimento histórico impediu a continuação dessa política"

"A maior parte do aumento do volume dos meios de pagamento entre 1930 e 1932 foi causada pela emissão de mil contos de notas do Tesouro para o financiamento de gastos sociais no Nordeste, e para o pagamento dos gastos militares provocados pela insurreição de São Paulo, porém, o volume dos meios de pagamentos foi, propositadamente estabilizada depois de 1932, em consequência da incineração das notas à medida em que se venciam as notas promissórias do Governo, e também, em virtude da ênfase dada à política monetária rígida, sob a forma de aumentos da taxa de juros e acréscimos nas reservas individuais dos bancos comerciais. A política deliberada de ortodoxia só foi interrompida temporariamente por um acontecimento histórico, em 1932" (2)

Com relação ao argumento da transferência de recursos de setor exportador para o industrial, em função da modificação das rentabilidades relativas entre estes dois setores, Pelaez tenta mostrar que a maioria de recursos do setor cafeeiro se transfere para a agricultura do algodão.

Devido a política de sustentação de preços feita pelos EUA, durante a década dos trinta, surge a possibilidade do Brasil exportar algodão. Com a modificação dos preços relativos entre esses dois produ-

(1) C.M. Pelaez : "As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889 e 1945" - Revista Brasileira de Economia. (julho/setembro, 1971) : pag 63

(2) C.M. Pelaez : "As Consequências.....: pag. 66

tos, recursos são transferidos para a produção de algodão. Pelaez desenvolve uma série de cálculos para concluir que houve transferência de recursos entre esses dois setores da agricultura da exportação, não sobrando renda para ser transferida para a Indústria. (1).

Da análise de Pelaez, pode-se concluir que sua preocupação básica com relação à década dos trinta é mostrar que:

1. No período inicial (maio de 1931 a fevereiro de 1933) a defesa do setor cafeeiro foi feita basicamente por impostos e não por emissões e créditos. Em consequência o impacto desta política sobre o nível de renda não foi tão importante como alega Furtado.
2. O pequeno impacto da depressão na economia brasileira se explica por elementos exógenos: a Revolução Paulista de 1932, a seca no Nordeste e o Superavit no Balanço Comercial. Os dois primeiros fazem com que o governo incorra em déficits e emissões para financiar suas despesas e portanto tenham efeitos favoráveis sobre o nível de renda.
3. No final da década dos 30 (a partir de 1937) a intervenção no mercado cafeeiro se faz exclusivamente através das "quotas de sacrifício", diminuindo a importância dos gastos do governo e das operações de crédito ligadas à defesa do setor.
4. A política monetária e fiscal foi norteadada por princípios " ortodoxos", só tendo sido abandonadas pelos acidentes históricos de 1932.

(1) Das Receitas de venda de café no mercado externo e interno, a crescidas as compras do CNC e do DNC, Pelaez subtrai os custos de produção e os impostos de exportação que recaem sobre o produto. Este total ele chama de "renda líquida" do setor cafeeiro e que seria passível de transferência para a indústria. Como suas estimativas de investimento na agricultura de algodão atingem valores próximos aos da "renda líquida", ele conclui que a transferência de recursos se faz entre a agricultura de café e a de algodão.

5. Defender o setor cafeeiro, durante a década dos trinta significou atrasar a industrialização do Brasil, devido a fixação de preços mínimos para o café e distorção de rentabilidade relativas entre os dois setores.

6. Não houve transferência de recursos do setor cafeeiro para o industrial, mas sim entre o primeiro e o produtor de algodão.

Em síntese Pelaez conclue que proteger o setor café e Políticas econômicas ortodoxas impedem a industrialização ao longo da década dos trinta.

C. A Análise de Suzigan e Villela

O trabalho de Suzigan e de Villela apresenta a mais elaborada base factual sobre a evolução da economia brasileira ao longo da década dos trinta. Seus trabalhos são bastante descritivos e do ponto de vista analítico suas idéias estão próximas das de Pelaez. Aceitam integralmente a conclusão de Pelaez de que a política de defesa do setor cafeeiro não pode ser considerada uma política compensatória Keynesiana com efeitos consideráveis para a manutenção do nível de renda da economia.

Eles não dão maior importância a conclusão de Pelaez sobre os possíveis impactos negativos da política de defesa do café sobre o setor industrial e concluem que é difícil dizer que a política de proteção do café tenha restringido o crescimento e a diversificação da atividade econômica no Brasil.

Chamam atenção para o crescimento industrial do período: "Em resumo, na década dos trinta, a despeito das restrições resultantes da contínua deterioração das relações de troca e a consequente redução do poder de compra das exportações, pôde a industrialização dar seu passo mais importante, crescendo a produção industrial a 11,2 % ao ano entre 1933 e 1939. Isso foi possível não só porque a política cambial vigente deu crescente proteção à indústria, estimulando a substituição de importações, mas também, porque várias indústrias básicas, que haviam sido instaladas na década dos 20, como as de cimento e metalúrgica, passaram a operar a plena capacidade e/ou se

expandiram durante os anos 1933-1939" (1).

Suas maiores preocupações estão voltadas para identificar as intenções ortodoxas do governo federal, pelo menos durante os primeiros anos da depressão, e tentar mostrar que os esforços do governo se voltavam para manter o equilíbrio orçamentário, evitar a expansão de meios de pagamentos e defender a estabilidade cambial, embora isto nem sempre seja conseguido.

Os afastamentos da linha ortodoxa de política econômica são explicados por fatores exógenos: revoluções, secas, crises de comércio exterior, etc. sendo que a períodos expansionistas correspondem períodos de contração.

Villela e Suzigan concluem que "Assim é provável que as políticas monetária, cambial e fiscal no Brasil, se não restringiram, pelo menos não facilitaram o crescimento e diversificação da atividade econômica até 1945" (2).

D. A Análise de Albert Fishlow

Antes de fazer suas críticas ao trabalho de Furtado e de Pelaez, Fishlow chama atenção para a importância da demanda interna no período 1929/1939:

"O declínio acentuado nas exportações, que por sua vez pôs em funcionamento a inevitável sequência dos controles cambiais, aumento de proteção, e, mesmo apesar disto, a deterioração das taxas de câmbio, explica a fonte da substituição de importações dos anos trinta".

"Uma vez que a produção cresceu desta forma após 1932, quando a recuperação do setor externo estava limitada, é claro que a demanda interna foi o fator que impulsionou o crescimento dos anos trinta.

(1) A. V. Villela e W. Suzigan - "Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira - 1889-1945" - IPEA/INPES (1973) : pag 216.

(2) A. V. Villela e W. Suzigan - "Política.....: pag. 57

É importante insistir nesse ponto desde o começo, pois as pesquisas de Pelaez sobre a Grande Depressão e particularmente sua preocupação em corrigir as opiniões de Furtado sobre a política cafeeira, algumas vezes escondem esta simples verdade" (1).

Ele aceita o argumento de que a política de defesa do café entre maio de 1931 a fevereiro de 1933 foi auto financiado, via impostos de exportação, para apresentar duas críticas a Pelaez: A primeira, a de que ele esquece o efeito estimulador do empréstimo externo de 1930 de £ 20.000.000. Com estes recursos o Estado de São Paulo compra 3 milhões de sacas de café e refinancia 13,5 milhões de sacas do produto. O desembolso inicial mantém a renda do setor cafeeiro, enquanto que a troca das libras não financiou importações mas sim o serviço da dívida externa. Em segundo lugar o imposto de exportação deve ter incidido em maior proporção sobre o consumidor estrangeiro, devido à demanda inelastica resultante da posição dominante do Brasil no mercado mundial. A seguir ele afirma que: "A conclusão final de tudo isto é que a política cafeeira não foi provavelmente tão central para a recuperação inicial da depressão como Furtado declarou, nem tão simples como ele descreveu, mas também não foi tão insignificante como Pelaez concluiu" (2).

Fishlow aceita os argumentos de Pelaez de que o superavit do Balanço Comercial e o déficit ocasional do Governo Federal em 1932 são fatores importantes para explicar o pequeno impacto da depressão no Brasil (3).

Segundo Fishlow: "Após este período de crise inicial, o governo federal passou a se comportar cada vez mais segundo o estilo Keynesiano". "Não apenas os déficits planejados tornaram-se uma política "

(1) A. Fishlow "Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil" - Estudos Economicos - IPE/USP (Dez. 1972) pag. 27.

(2) A. Fishlow "Origens: pag. 29.

(3) Suzigan e Villela argumentam que o déficit do governo federal seria elevado independente da Revolução Paulista de 1932.

mais frequente, como também os realizados originavam-se de despesas adicionais conscientes e não receitas superestimadas". "A consequência de tal política foi uma emissão regularmente crescente de papel moeda que serviu como base da expansão dos bancos comerciais" (1).

A seguir chama atenção para a recuperação das receitas de exportação (em mil-réis) entre 1932 e 1936 em 25%, o Reajustamento Econômico e a redução dos impostos de exportação como elementos importantes para o aumento do poder de compra em termos reais. Para Fishlow estes elementos não explicam o pequeno impacto da depressão da economia brasileira, porém são relevantes para explicar o rápido crescimento da renda durante os anos trinta.

A importância do crescimento industrial, é ressaltada por Fishlow, principalmente nos setores de bens intermediários e de capital, como substituidores de importação, em função do mercado interno. Afirma também que: "A desvalorização real (da taxa de câmbio), como ocorrera tão frequentemente no passado, foi ainda mais decisiva do que as tarifas para alterar os preços relativos em favor da substituição de importação" (2).

Finalmente, "Ao longo da década da depressão pôde, pois, o Brasil estender sua entrada na industrialização. Basicamente em resposta às condições internacionais e a anterior super produção do café, os preços das importações aumentaram, tornando a substituição **interna** um campo atraente para o desenvolvimento" (3).

(1) A. Fishlow - "Origens.....:pag. 30

(2) A. Fishlow - "Origens.....:pag. 38

(3) A. Fishlow - "Origens.....:pag. 40

CAPÍTULO II

ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÔMICA E DO COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE O PERÍODO (1929/1939)⁽¹⁾

A. Introdução

Existem dois elementos importantes para a explicação do comportamento da economia brasileira e, particularmente, da industrialização antes do início da segunda guerra mundial:

1. A política de defesa do setor cafeeiro, e
2. A política monetária, fiscal e cambial do governo⁽²⁾

Inicialmente, como ponto de referência, podemos colocar a posição de Peláez como relação a estes elementos. Segundo Peláez "... o insucesso do Brasil, em matéria de crescimento e desenvolvimento antes de 1945, foi um insucesso na industrialização. Uma explicação da existência do atraso no Brasil, em 1945, deve, portanto, explicar as causas do atraso da indústria⁽³⁾.

Segundo este mesmo autor existem dois fatores responsáveis pelo atraso industrial brasileiro:

"Fator I, a mais importante política econômica que contribuiu para retardar a industrialização brasileira foi a proteção do setor café, em relação às demais atividades". "... a manutenção de um preço mínimo para o café por um período de 30 anos, distorceu as lucratividades relativas na economia brasileira, destruiu a vantagem comparativa do Brasil na produção de café e, com isso impediu a utilização ótima dos recursos e a diversificação da economia com a industrialização e a evolução dos serviços".

(1) Os dados e fontes de informação utilizadas nesta parte do trabalho, abrangendo o período 1919/1939, encontram-se nos anexos estatísticos.

(2) Para fins de avaliação da política cafeeira e da política econômica optou-se pela análise do período 1919/1939, pois como veremos adiante, durante este período houve importantes modificações dos impactos das políticas seguidas pelo Governo sobre o setor industrial.

(3) C.M. Peláez. "As Consequências... : página 7.

"Fator II, políticas monetária, Cambial e fiscal e bases institucionais contrárias à industrialização". "O desenvolvimento industrial foi retardado no Brasil, em grande parte, devido à inadequação de suas políticas monetária, bancária, cambial e fiscal. Essa inadequação foi causada pelo apoio avassalador dado às políticas de uma escola de pensamento, aqui definida como a escola da ortodoxia monetária". "A ortodoxia econômica é aqui definida como a implementação de três políticas que são desejáveis sob quaisquer condições econômicas: equilíbrio orçamentário, austeridade monetária e altas taxas de câmbio. O remédio para uma contração de negócio é restringir a oferta monetária, equilibrar o orçamento, e valorizar a taxa de câmbio. A moeda deveria ser facilmente conversível em ouro. O bem estar econômico de um país depende em grande parte de grandes excedentes comerciais, pronta amortização das dívidas externas, moeda conversível e taxas de câmbio valorizadas"⁽¹⁾.

Seria, portanto, relevante avaliar a importância destes dois "fatores", com os dados estatísticos disponíveis para se tirar conclusões sobre o impacto dos mesmos sobre o nível de atividade interna e particularmente sobre a industrialização. Tais "fatores" tiveram diferentes impactos durante os sub-períodos 1919/1929 e 1929/1933 e para tanto passaremos a analisá-los separadamente:

B. O Período de 1919/1929

1. A Política de Defesa do Setor Cafeeiro, Política Cambial e a Industrialização

Inicialmente deve-se destacar a grande importância do setor cafeeiro na economia brasileira, sendo este setor responsável, direta e indiretamente, por parcela significativa da renda gerada no país. No gráfico nº 1 e 2 são apresentados indicadores de tal afirmativa: é apresentada a participação das exportações de café sobre as exportações globais do Brasil e a participação

(1) C.M. Peláez "As Consequências...: pag. 8 e 9

das receitas de exportações do produto sobre o PNB (1).

GRÁFICO Nº 1

PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS DE EXPORTAÇÕES DE CAFÉ NO PNB

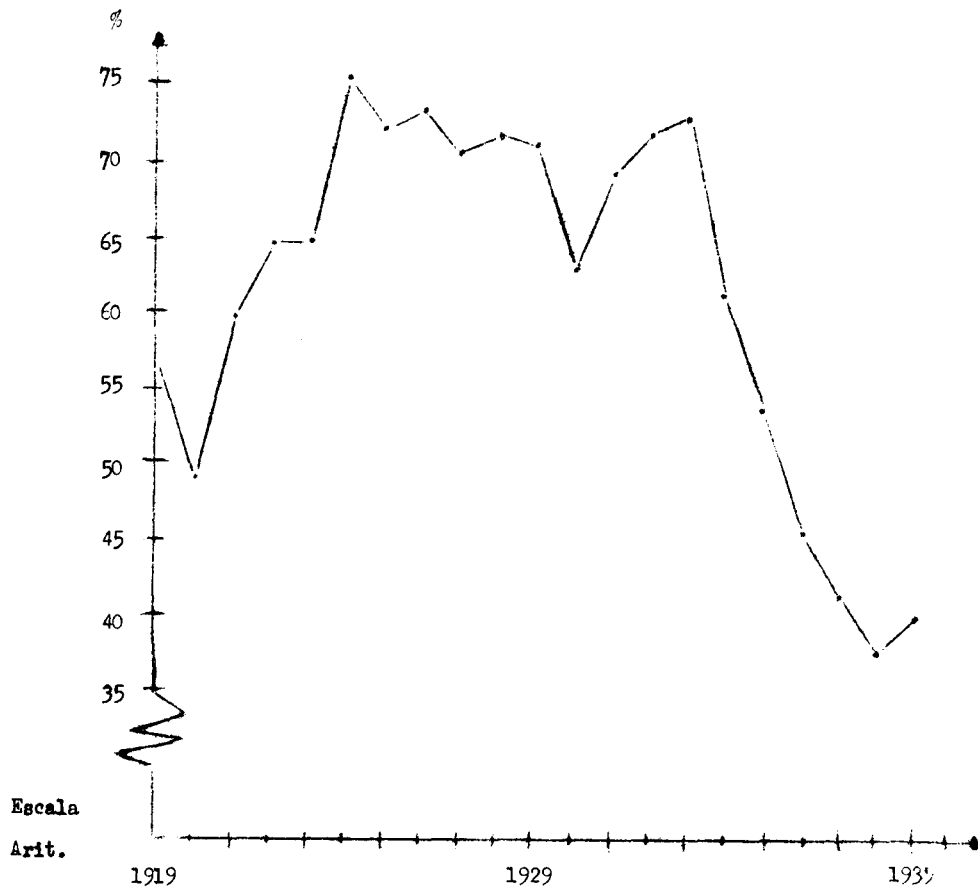


Fonte: Anexo nº 2.

-
- (1) O PNB a preços constantes de 1939 para o período 1920/1938 foi obtido da seguinte maneira: sobre a estimativa calculada para 1939 pela Comissão Mixta Brasil-Estados Unidos aplicou-se o índice de produto real (média ponderada do índice do produto agrícola e industrial) no período 1920/1938 calculado por Suzigan. Para obter o PNB a preços correntes utilizou-se um "indicador de Preços" calculado por Suzigan, com base em 14 produtos agrícolas (vide Anexos de nºs 1 e 4).

GRÁFICO Nº 2

PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS DE EXPORTAÇÕES DE CAFÉ NAS
RECEITAS TOTAIS DAS EXPORTAÇÕES



Fonte: Anexo Nº 1

Como se pode verificar, durante a década dos 20 a participação' do setor cafeeiro na economia brasileira é extremamente elevada. A participação das exportações de café no total exportado cresceu rapidamente de 56% em 1919 para 75,4% em 1924 permanecendo em torno de 70% até o final da década dos vinte.

Acompanhando esta mesma tendência, para o 'início da década as receitas de exportações como fração do PNB cresceram de 5,7% em 1920 para 12,5% em 1924, declinando a partir daí até um mínimo de 9,6% em 1929.

Se se atentar para o fato de que parcela significativa do sistema econômico brasileiro dependia basicamente do setor cafeeiro (comércio, transporte, sistema bancário, etc) pode-se daí inferir que o fator básico condicionante das atividades econômicas internas seria a receita de exportações deste produto . De fato ao longo da década dos vinte, em função do pleno sucesso da política de valorização do café, a receita de exportação do produto crescem a níveis extremamente elevados: de 2187,7 mil contos de réis em 1919 para 3860,5 mil contos de réis em 1929. Se associarmos a este comportamento o da taxa de câmbio, o preço externo do café, o preço interno real do café e o comportamento das relações de troca para o mesmo período, os quais refletem o impacto da política de valorização do café, chega-se a conclusão que o período de 1919/1929 foi extremamente favorável ao setor cafeeiro (particularmente o período 1919-1924 quando os preços do café crescem significativamente)⁽¹⁾.

O comportamento da receita da exportação do café, taxa de cambio, preço externo do café, preço interno real do café e relações de troca são apresentados nos gráficos de nos. 3,4,5 e 6. Da análise destes gráficos pode-se verificar que para a década' dos vinte a política de valorização do café, através do controle da oferta interna do produto surtiu efeitos favoráveis: o preço externo do produto e o preço interno em termos reais sobem violentamente entre os anos de 1921 e 1925, permanecendo em

(1) A taxa de cambio é aqui definida como sendo mil reis/libra esterlina.

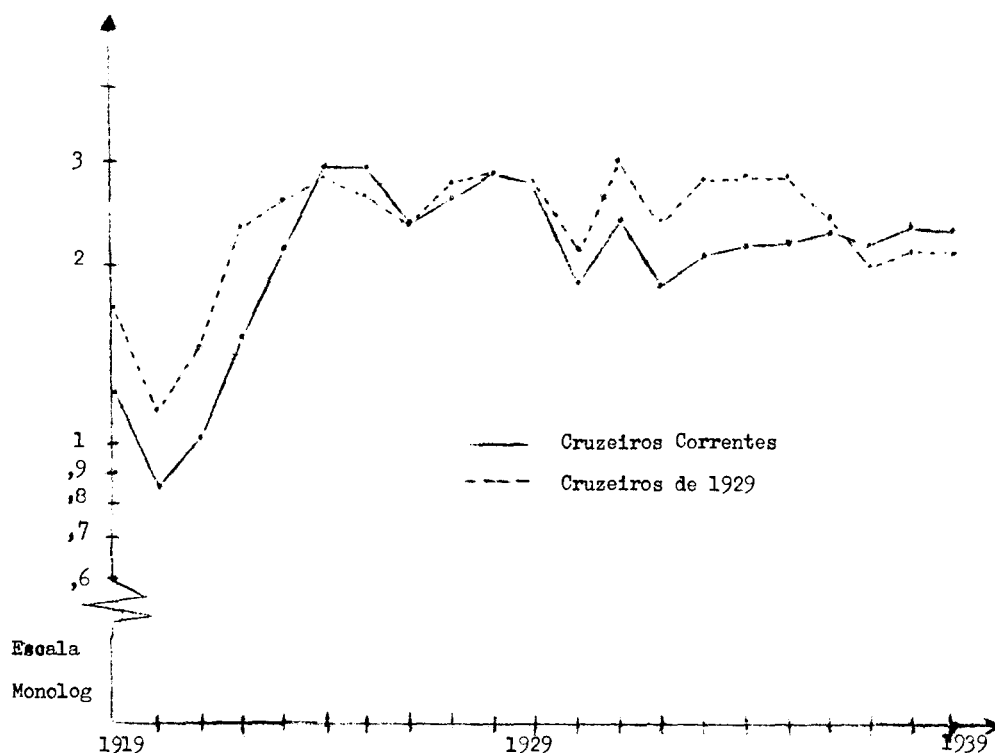
níveis elevados até o início da crise de 29.

Com uma tendência idêntica ao preço externo do café temos o comportamento das relações de troca, ou seja, há uma variação de preços relativos favorecendo o setor exportador brasileiro, principalmente o cafeeiro.

Deve-se notar, por outro lado, que o comportamento da taxa de câmbio durante este primeiro período de análise, apresenta 'duas tendências bem distintas: a primeira que vai de 1919 a 1923 caracterizada por uma grande desvalorização externa do mil réis e outra de 1923 a 1929 onde temos uma relativa estabilidade da taxa de câmbio. Esta constatação é importante para a

GRÁFICO Nº 3

RECEITAS DE EXPORTAÇÕES DE CAFÉ - EM MILHÕES DE CR\$
CORRENTES E A PREÇOS DE 1929

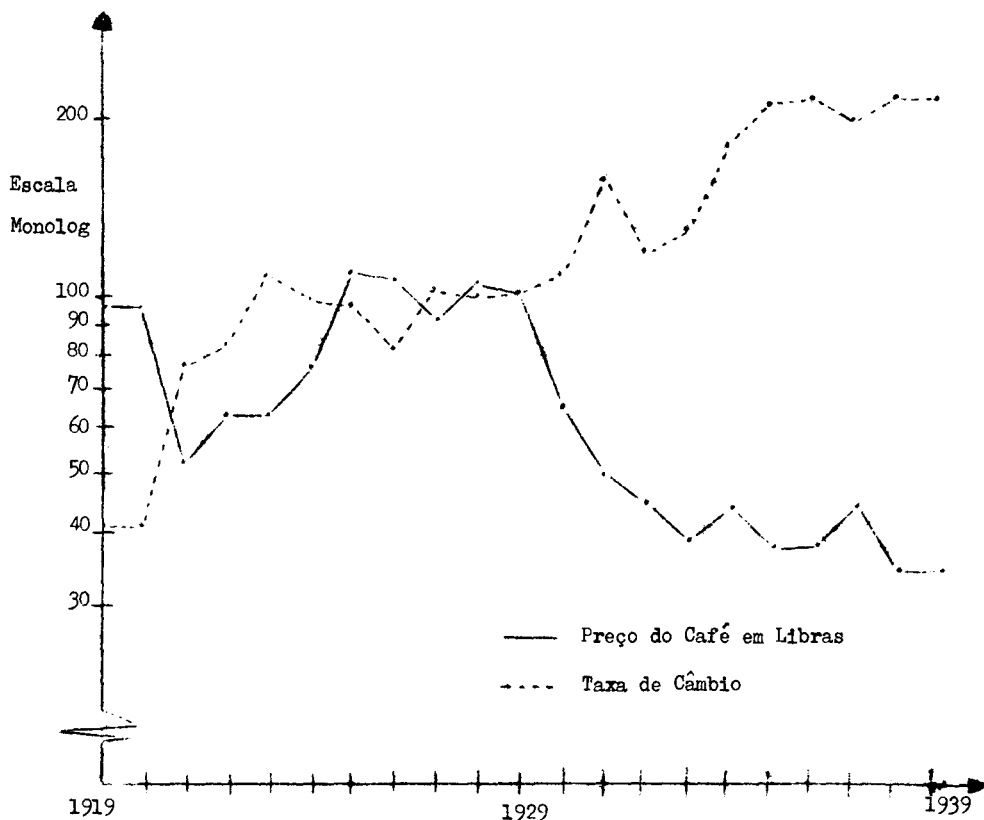


Fonte: Anexo Nº 2.

nossa análise: no primeiro período quando há uma queda nos preços do café e a paralização do ingresso de empréstimos externos para cobrir deficits governamentais como também dos investimentos estrangeiros, em função da crise econômica mundial iniciada em 1929, a taxa cambial se desvaloriza acentuadamente protegendo o setor cafeeiro, enquanto que no segundo período não há nenhuma tendência de valorização acentuada da taxa de câmbio que elimine internamente os efeitos do crescimento do preço externo do produto. O que estes dados indicam é que a taxa cambial é um elemento importante para a proteção do setor cafeeiro, não devendo sua estabilidade durante o período 1923 a 1929 ser interpretada como um resultado de uma política cambial "ortodoxa"

GRÁFICO Nº 4

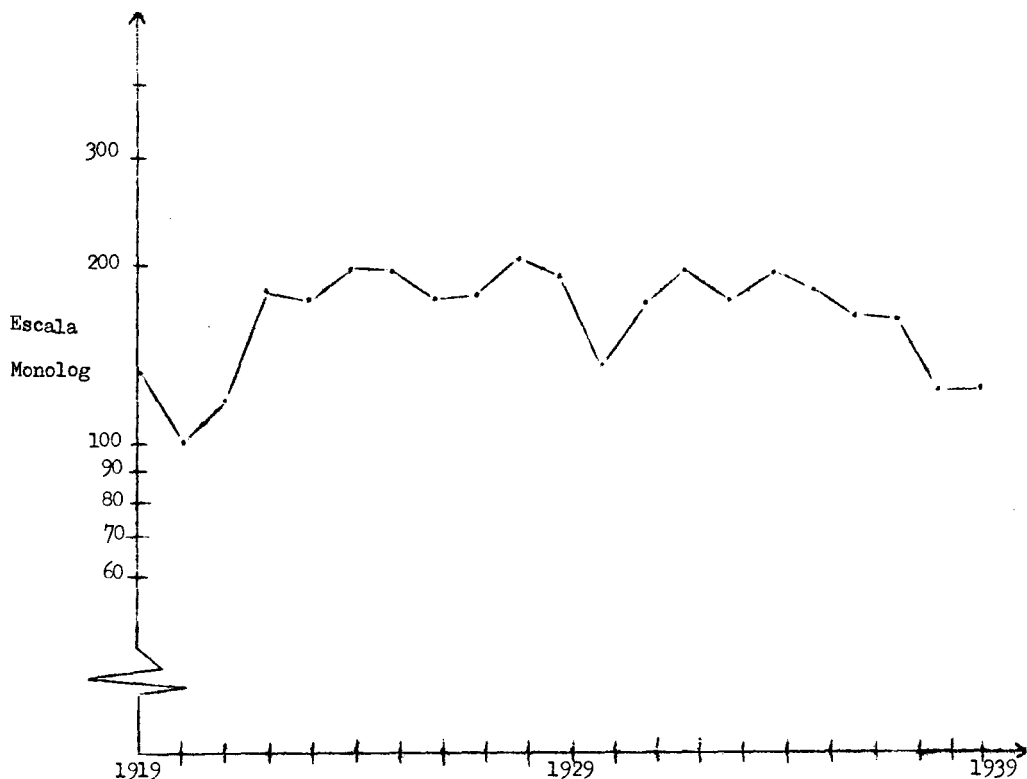
ÍNDICE DO PREÇO DO CAFÉ EM LIBRAS E DA TAXA DE CÂMBIO - 1929=100



Fonte: Anexos nºs 1 e 5

GRÁFICO Nº 5

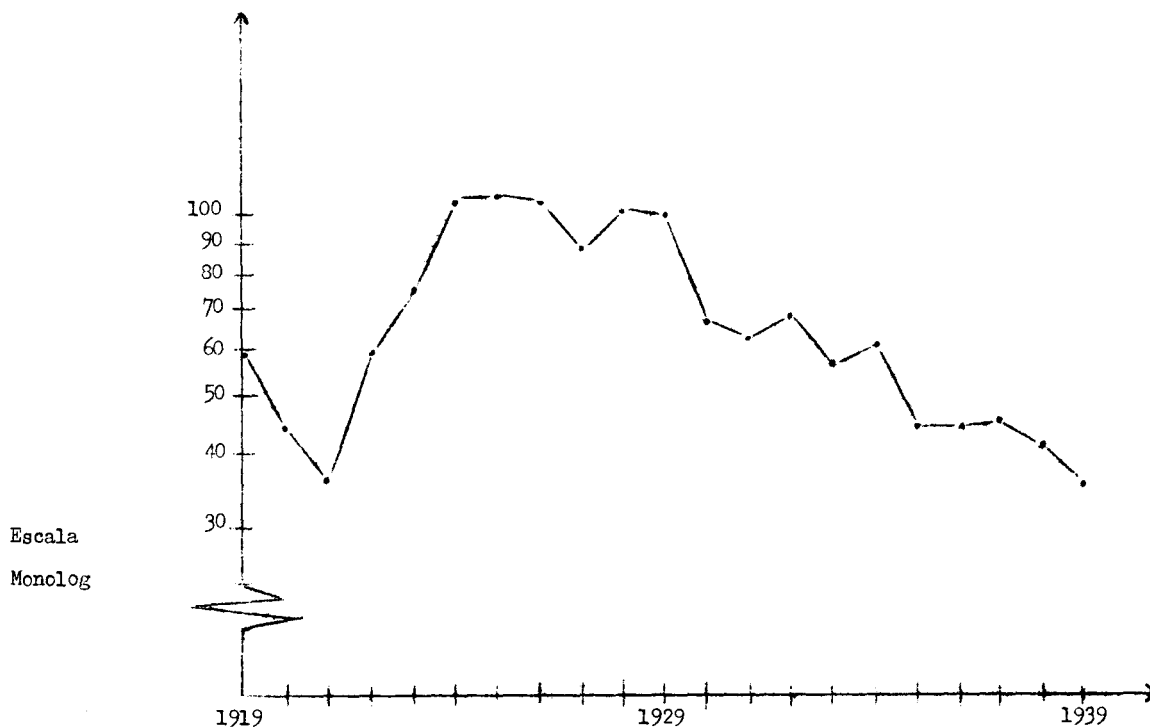
PREÇO REAL DO CAFÉ - MIL REIS POR SACA - PREÇOS DE 1929



Fonte: Anexo Nº 2

como a definiu Peláez, mas sim como um elemento associado com uma política de valorização do café bem sucedida. Caso a "ortodoxia" prevalecesse durante este período dever-se-ia esperar uma valorização contínua da taxa de câmbio em função do sucesso da política de defesa do setor cafeeiro, mas isto não acontece. Desde 1906, com o Convênio de Taubaté, que os cafeicultores já se mostravam preocupados com a valorização cambial que estaria associada à uma política de sustentação do preço do café bem

GRÁFICO Nº 6
ÍNDICE DE RELAÇÕES DE TROCA
1929 = 100



Fonte: Anexo Nº 1

sucedida, tanto é que propõe a criação de uma "Caixa de Conversão" com a finalidade de estabilizar o câmbio e possibilitar que os aumentos de preço externos também se convertam em aumentos de preços em moeda nacional.

Portanto, não existe nenhuma incompatibilidade entre uma taxa de câmbio estável e preços crescente do café no comércio internacional. O problema aparece quando os preços externos do produto se reduzem: nestas condições uma taxa de câmbio estável implicaria em diminuições de rentabilidade concentradas no setor cafeeiro fazendo com que a "ortodoxia" cambial dificilmente possa prevalecer, pois, além de penalizar o setor cafeeiro, afetaria negativamente as demais atividades a ele associado,

criando na economia, tensões dificilmente suportáveis. Por isso, é que a estabilidade cambial é incompatível com condições adversas de comércio exterior.

Outro aspecto importante do comportamento da economia brasileira durante a década dos vinte diz respeito ao efeito da proteção da da ao setor cafeeiro sobre o setor industrial. Como vimos anteriormente, houve uma melhora sensível das relações de troca durante o período, significando isto uma modificação de preços relativos desfavorável à indústria interna. Tal fenômeno pode ser constatado pelo gráfico nº 7, onde são apresentados os índices de crescimento da produção industrial e da evolução da taxa de câmbio. Pode-se verificar que existe um crescimento industrial inicial associado à desvalorização cambial (até o ano de 1923), porém a partir desta data, em função da política de defesa do setor cafeeiro e da relativa estabilidade da taxa de câmbio, a produção industrial não alcançará mais durante a década dos vinte os níveis de produção de 1923.

Por sua vez, a produção agrícola de exportação apresenta uma tendência ascendente ao longo deste mesmo período, basicamente em função do crescimento da produção de café, aumentando em 90% durante a década.

2. Política Fiscal e Monetária

Um outro elemento a ser examinado seria o comportamento do dispêndio governamental em todos os níveis de governo e a magnitude dos deficits governamentais para se avaliar se a "ortodoxia" fiscal foi cumprida durante o período.

Durante o início da década (1919/1922), o déficit do governo se mantém em níveis elevados chegando a representar 24,6% do dispêndio global do governo em 1922. Para os demais anos tal participação apresenta valores bem inferiores atingindo um mínimo de 1,3% em 1927.

A participação das despesas do governo no PNB, por sua vez, não apresentam tendências nítida durante a década atingindo o máxi-

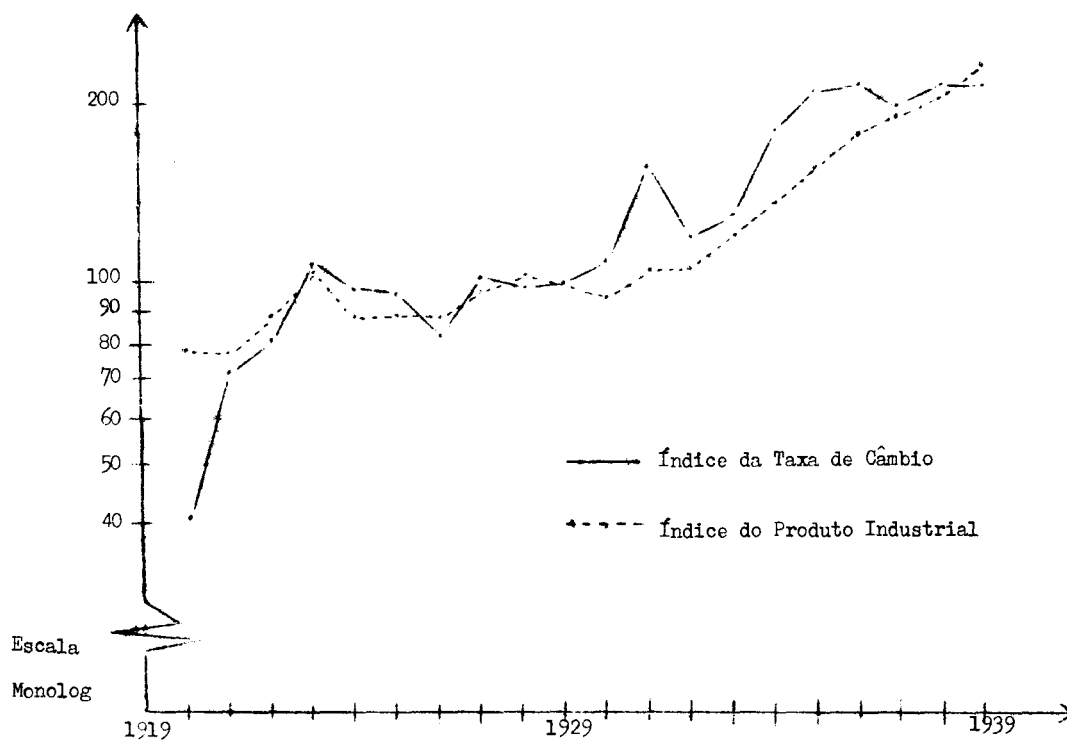
mo em 1922 com 15,8% e um mínimo de 11,8% em 1924, oscilando en

GRÁFICO Nº 7

ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E DA

TAXA DE CâMBIO

1929 = 100

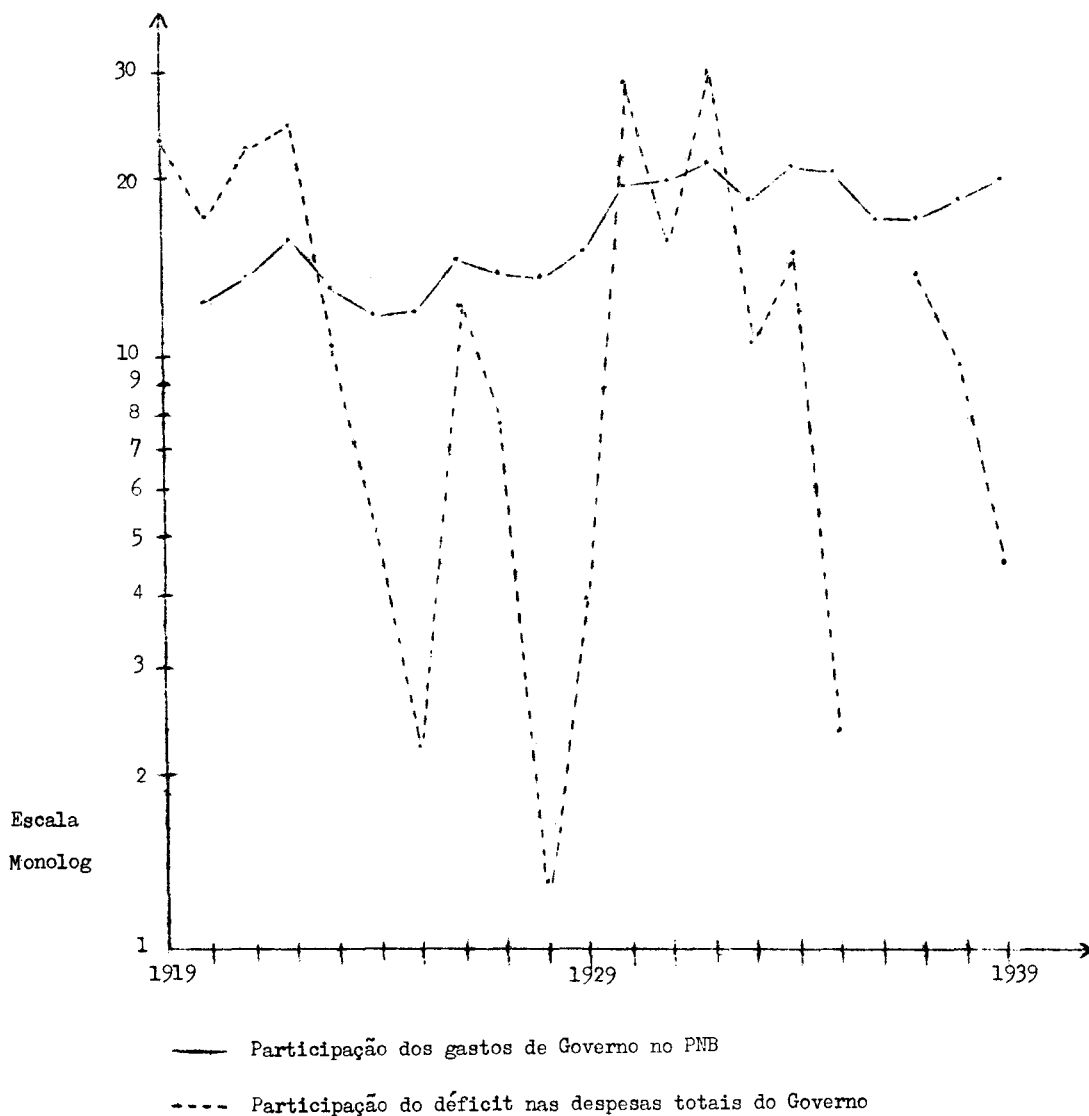


Fonte: Anexos Nº 4 e 5

tre estas duas magnitudes nos demais anos. Estes dados são apre-
sentados no gráfico nº 8.

GRÁFICO Nº 8

PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS DO GOVERNO NO PNB E DEFICIT COMO
FRAÇÃO DOS GASTOS DO GOVERNO



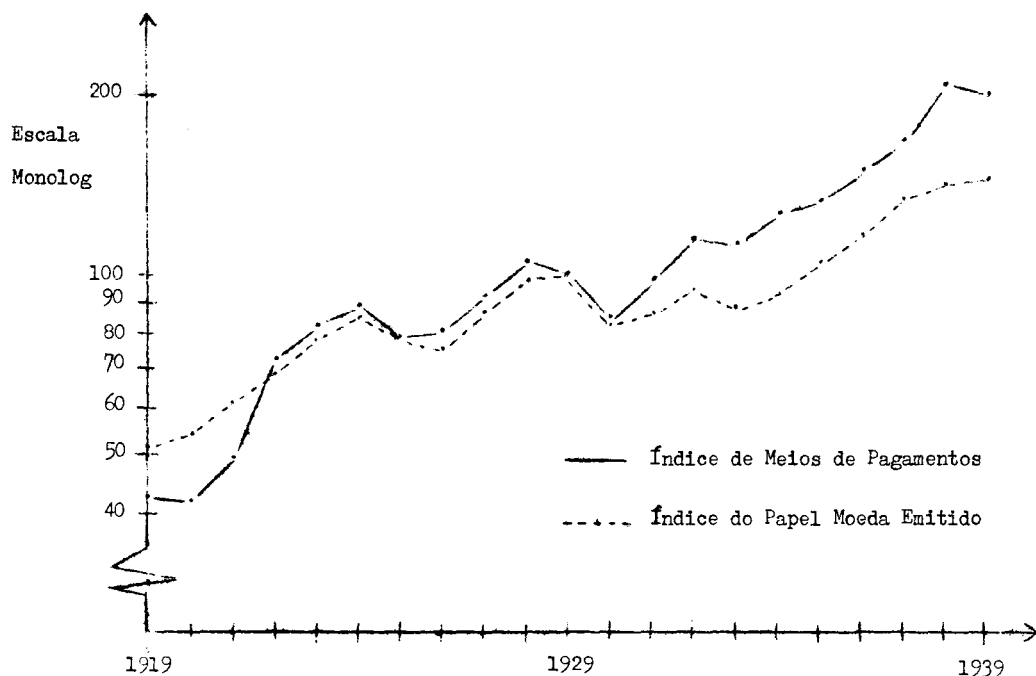
Fonte: Anexo Nº 2

A partir destes dados torna-se difícil identificar o comportamento do governo como "ortodoxo" pelo menos no primeiro período (1919/1922) onde o deficit representa parcela considerável do gasto total do governo. Se definirmos rigidamente "ortodoxia fiscal" como a obtenção de um orçamento equilibrado não encontraremos em nenhum ano o pleno sucesso de tal política, embora em pontos isolados da década dos vinte o deficit represente parcela pequena do idspêndio global do governo.

Vejamos agora, a evolução dos meios de pagamentos, do papel moeda emitido, e da "Liquidez Real" da forma em que estão apresentados no gráfico nº 9 e 10.

GRÁFICO Nº 9

ÍNDICE DA EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE PAGAMENTOS E DO PAPEL MOEDA EMITIDO



Fonte: Anexo Nº 5

Entre 1919 até 1924 os meios de pagamentos mais do que dobram enquanto que o papel moeda emitido cresce em aproximadamente 70%. Duas causas principais explicam, possivelmente, tal fenômeno: primeiramente os elevados déficits governamentais que se verificam no período devem ter sido em larga escala financiados inicialmente por emissões, sem contrapartida de empréstimos externos, pois como já vimos em função da crise mundial de 1920, torna-se impossível financiar tais déficits lastreados em moeda externa. Em segundo lugar a operação de valorização do café para a safra 1920/1921 efetuada pelo Governo Federal foi feita por emissões.

Como afirma Delfim Netto "A recém-criada Carteira de Redesconto, emitiu o dinheiro necessário para a aquisição do café e em breve tinham sido compradas 4,5 milhões de sacas do produto". "... Em 1923, entretanto, o câmbio se encontrava em taxas que nunca tinham ao menos sido imaginadas (entre 4 e 5 dinheiros por mil réis), em boa parte devido as emissões maciças para a compra do café dentro da valorização em curso (o meio circulante passara de 1,8 milhões de contos, em 1920 para 2,6 em 1923) e que deveriam ser resgatadas com o empréstimo externo e com a venda do produto"⁽¹⁾.

Evidentemente, estes elementos por si só, não explicam totalmente a evolução dos meios de pagamentos no período, mas como as estatísticas disponíveis não possibilitam separar as atividades do Banco do Brasil como banco comercial e como autoridade monetária é impossível determinar precisamente as variações do multiplicador de meios de pagamentos e da base monetária e os seus efeitos sobre os meios de pagamentos.

Os meios de pagamentos declinam entre 1924-1925 permanecem praticamente estáveis entre 1925/1926 para se expandirem daí

(1) A. Delfim Netto - "O Problema do Café no Brasil". Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas - Universidade de São Paulo (1959) pags: 104 e 115.

em diante até 1928, Idêntica tendência se verifica no papel moeda emitido. Provavelmente esta última fase de expansão esteja vinculada com a "Política de Defesa Permanente do Café" encetada pelo Estado de São Paulo que através de volumosos empréstimos externos comprou os excedentes de produção durante o período.

A "liquidez real" neste período apresenta flutuações violentas: entre 1920 e 1922 cresce em 100%; entre 1922 e 1925 diminui em 35% para crescer em aproximadamente 40% entre os anos de 1925 e 1929. Entre 1919 e 1929 o crescimento da "liquidez real" é de aproximadamente 70%.

De qualquer forma, o que é importante ressaltar é que uma expansão monetária desta natureza, associada a uma grande aumento do papel moeda emitido não pode ser interpretada como uma política monetária "ortodoxa", durante a década dos vinte, como a definiu Peláez.

É interessante notar que a expansão dos meios de pagamentos no período 1919/1923 está acompanhada de uma acentuada desvalorização da taxa de câmbio enquanto que no resto do período a expansão monetária não afeta a taxa de câmbio no sentido da desvalorização. Isto se explica pelo sucesso da política de defesa do setor cafeeiro, que implicava na maximização da receita de divisas a curto prazo e pelo ingresso de capital externo para financiar o governo e os investimentos privados.

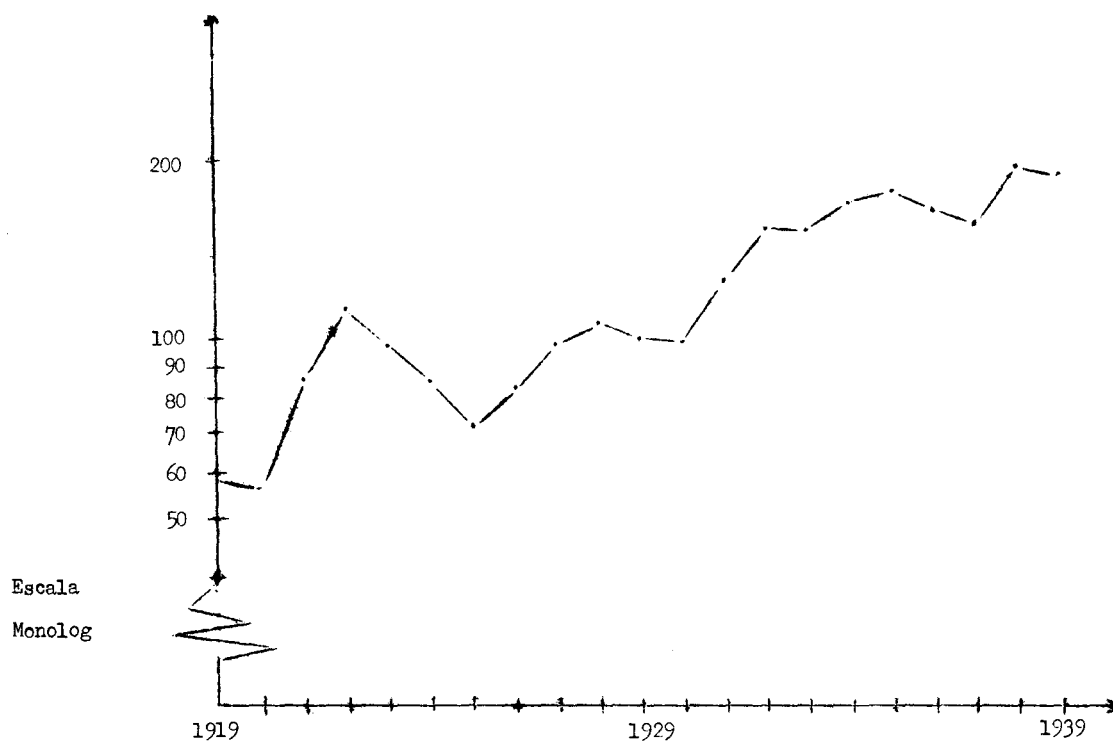
Restaria, finalmente, comparar a evolução da taxa de câmbio com um "Indicador de preços internos" para se verificar em que medida essas variações favoreceram ou prejudicaram o setor industrial brasileiro.⁽¹⁾

(1) Resultado semelhante seria obtido se se trabalhasse com um indicador da "taxa real de câmbio" a qual leva em consideração as variações de preço no Brasil e na Inglaterra. Vide ANEXO Nº 5 para o Indicador da Taxa Real de Câmbio.

GRÁFICO Nº 10

ÍNDICE DO CRESCIMENTO DA "LIQUIDEZ REAL"

1929 = 100



Fonte: Anexo Nº 5

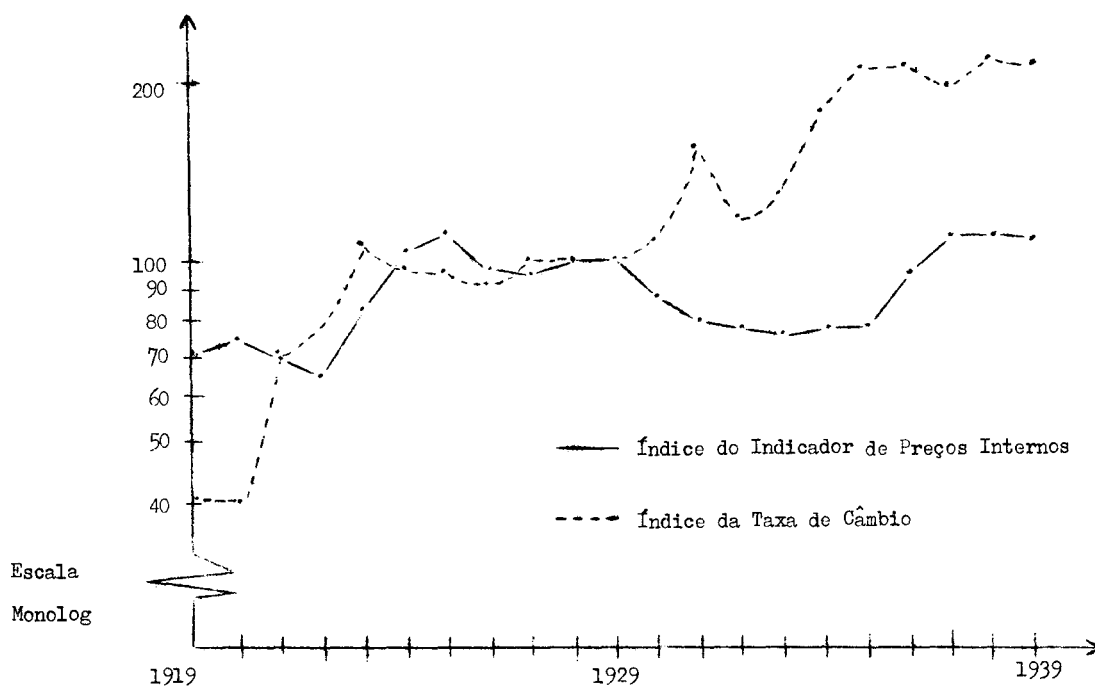
No gráfico nº 11 fazemos essa comparação:

GRÁFICO Nº 11

ÍNDICE DA TAXA DE CâMBIO NOMINAL E ÍNDICE DO

" INDICADOR DE PREÇOS INTERNOS "

1929=100



Fonte: Anexo Nº 5

Pode-se verificar que a desvalorização cambial do período 1920/23 foi maior que o crescimento dos preços internos e isto favoreceu o setor industrial que apresenta para este mesmo período um crescimento acentuado da produção (vide gráfico nº 7). Porém, para os demais anos, em função da ligeira valorização cambial e do crescimento dos preços internos, a indústria tem sua proteção diminuída fazendo com que durante o restante da década a produção industrial não atinja os níveis de 1923, devido à concorrên

cia externa. Este resultado é uma consequência da política de defesa do café que possibilitou a manutenção da taxa de câmbio em níveis relativamente estáveis a partir de 1923 prejudicando o setor industrial.

C. Sumário

Do que foi exposto pode-se concluir sobre a década dos vinte que:

1. A política de sustentação do setor cafeeiro foi bem sucedida, no sentido de que possibilitou elevar os preços externos do produto com relação a dos produtos importados, e em função de uma taxa de câmbio relativamente estável transferiu este aumento de preços para o cafeicultor nacional. Esta mudança de preços relativos prejudica o crescimento industrial durante quase toda a década dos vinte, com exceção do período 1920/23 onde o crescimento industrial esteve associada a uma desvalorização real da taxa de câmbio, que em parte era subproduto da defesa do setor cafeeiro. Portanto, proteger a agricultura de exportação na década dos vinte significou retardar o desenvolvimento industrial.
2. Existem poucas indicações de que os pensamentos "ortodoxos" com relação à política monetária, fiscal e cambial se concretizaram. Não se deve atribuir ao comportamento dos gastos e deficits do governo, à expansão dos meios de pagamentos e ao comportamento da taxa de câmbio o insucesso da industrialização brasileira. O grande responsável pelo atraso industrial durante a década dos vinte é a proteção e o superdimensionamento do setor cafeeiro.

D. O Período 1929/1939

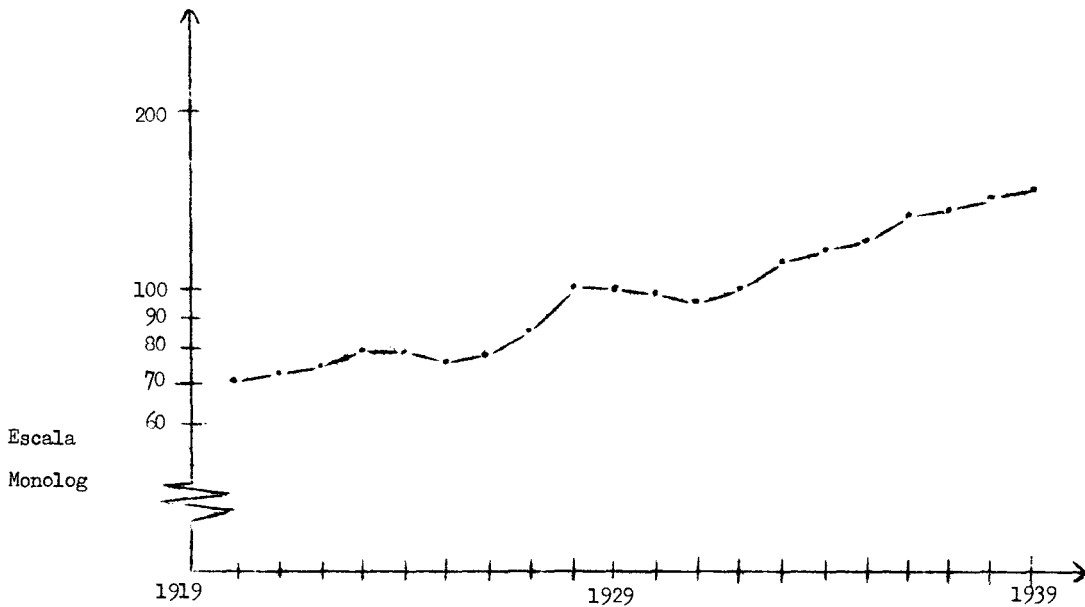
A pergunta básica a ser respondida sobre o comportamento da economia brasileira durante a década dos trinta é a de saber quais os fatores responsáveis pelo pequeno impacto da "Grande Depressão" sobre os níveis de produto real de nossa economia, uma economia dependente do setor exportador como gerador de renda, e quais os elementos importantes para a rápida recuperação dos níveis de

renda a partir de 1932. Durante esse período torna-se importante o crescimento industrial: entre 1929 a 1939 a indústria cresce 125% (aproximadamente 11% ao ano entre 1933/1939) enquanto que a agricultura como um todo cresce somente 20% (vide gráfico nº7 para o crescimento industrial).

O produto real (medido pela média ponderada do produto real da agricultura e indústria) praticamente fica estável entre 1929 e 1930 e apresenta uma queda inferior a 4% entre 1930 e 1931 para a partir desta data se recuperar e se situar em 1939 em 50% acima dos níveis de 1929. Esse comportamento é apresentado no gráfico nº 12.

GRÁFICO Nº 12

ÍNDICE DO CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL
1929 = 100



Para identificar os fatores determinantes de tal comportamento do produto real, torna-se mister avaliar as diversas políticas adotadas durante o período 1929/1939.

1. A Política de Defesa do Setor Cafeeiro

O início da crise de 1929 coincide no Brasil com o auge da produção cafeeira fruto dos investimentos feitos no setor durante a década dos vinte, onde a política de valorização havia garantido ao setor elevadas taxas de rentabilidade e de expansão de capacidade produtiva. Isto pode ser constatado pelo gráfico nº 13, onde é apresentada a produção brasileira de café para os anos cafeeiros de 1919/20 a 1939/40.

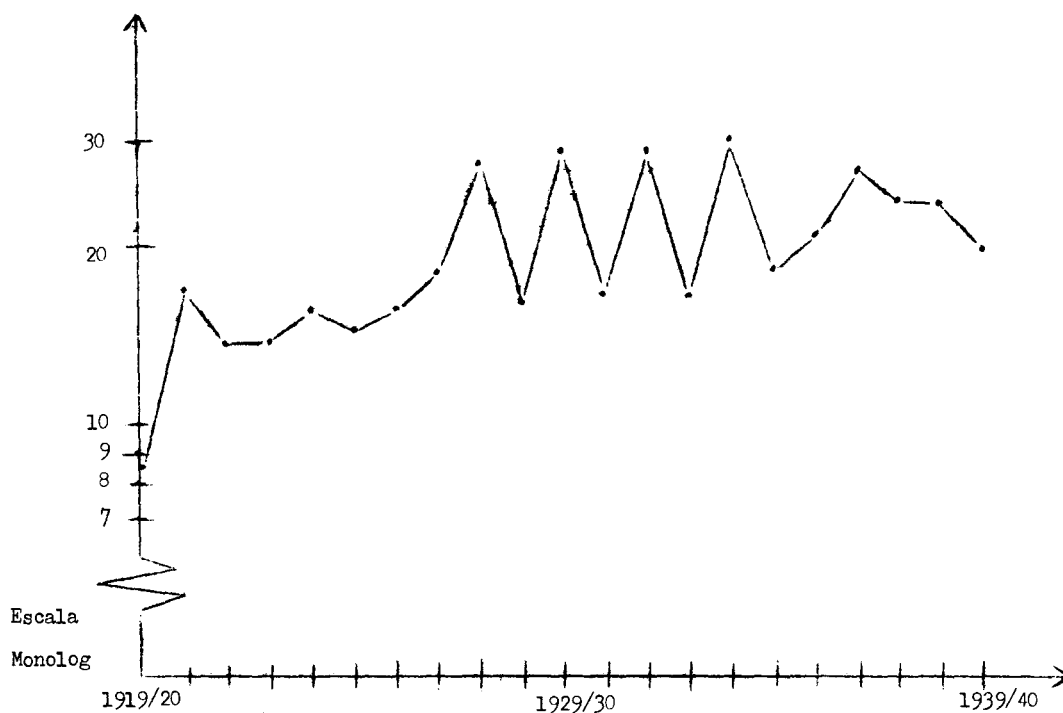
Pode-se verificar que desde a safra 1927/28 até a safra 1933/34, o Brasil colhe safras espetaculares (quatro próximas de 30 milhões de sacas de 60 Kg e quatro em torno de 16 milhões de sacas), enquanto que as exportações em média neste mesmo período não atingem 15 milhões de sacas. Por aí já se tem uma idéia da magnitude do excesso de produção de café que o Brasil teve que enfrentar nas condições mais adversas de comércio internacional.

Ao se desencadear a crise em 1929 e na expectativa de uma safra de grandes proporções, o governo paulista e o federal abandonam o programa de sustentação de café, pois não haveriam recursos adicionais para compra de café, dadas as proporções da crise internacional que eliminou as possibilidades de financiamento externo do excedente e as dificuldades financeiras do Instituto Paulista do Café comprometidas com a política de valorização da safra 1927/28.

Mesmo assim, em meados de 1930 o governo paulista consegue contrair um empréstimo externo de 20 milhões de libras esterlinas, que convertidas em moeda nacional, renderam 720 mil contos de réis e foram destinados ao setor cafeeiro paulista. Com estes recursos comprou-se 3 milhões de sacas de café da safra 1929/30 e refinanciou-se 13,5 milhões de sacas na forma de adiantamentos aos cafeicultores. Este empréstimo foi decisivo para evitar

GRÁFICO Nº 13

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ EM MILHÕES DE SACAS DE 60 KILOS



Fonte: Anexo nº 4

a falência do setor cafeeiro pois o governo não havia ainda se reestruturado para enfrentar o problema da super-produção de café.

Segundo Armando Alcantara: "Graças ao empréstimo de £ 20 milhões, contraído pelo Estado de São Paulo nos mercados de Londres, Nova York e Amsterdan, com garantia do café retirado nos reguladores, operação essa demonstrativa do seu prestígio e largo crédito em momento tão difícil, não assistimos, naquele'

instante, o sossobro completo da economia paulista, o que quer dizer da própria economia nacional, como tudo fazia supor"⁽¹⁾.

Segundo Fishlow "Há o impulso estimulador inicial em 1930 da compra do café pelo Estado de São Paulo financiada por capital estrangeiro. O desembolso inicial de mil réis manteve a renda, enquanto a troca das libras não financiou importações, mas o serviço da dívida"⁽²⁾.

Em maio de 1931 é criado o Conselho Nacional do Café (C.N.C.) com as finalidades de sustentar o setor cafeeiro através da compra e destruição do excesso de produção de café, arrecadar o imposto sobre a exportação de café (imposto de 10 shillings por saca exportada) que seria uma das fontes para financiar as compras de café e conseguir recursos adicionais, via Banco do Brasil e Tesouro Nacional, para a defesa do setor cafeeiro. Além disso o C.N.C. arrecadava a taxa de 5 shillings por saca exportada para pagar o serviço da dívida do empréstimo de 20 milhões de libras esterlinas. As atividades do Conselho Nacional do café durante o período em que ele foi o órgão responsável pela defesa do setor cafeeiro estão resumidos na tabela abaixo:

(1) Armando Alcantara "Historia da Economia do Café (Um depoimento " Revista Economia - SP (maio, 1940): pag. 23

(2) A. Fishlow - "As consequências....: pag. 28.

TABELA Nº 1
RECEITAS E DESPESAS DO CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ - MAIO
DE 1931 A 16 DE FEVEREIRO DE 1933
(MILHÕES DE MIL - RÉIS)

Despesas		Receitas	
A) Conta dos cinco xelins		A) Conta dos cinco xelins	
1. Seguro e armazenamento	10	1. Arrecadação da taxa de 5 xelins	212
2. Pagamento do empréstimo de 1930	230	2. Venda do café do Estado de S.Paulo	39
3. Pagto. atrasado do empréstimo de 1930	75	3. Outros créditos aos agricultores	27
4. Outras despesas	<u>47</u>		
Subtotal	362	Subtotal	<u>278</u>
B) Conta dos dez xelins		B) Conta dos dez xelins	
1. Compras de Café	963	1. Arrecadação das taxas de 3 e 10 xelins	<u>762</u>
2. Armazenamento e destruição de café	28	Subtotal	762
3. Frete	63	C) Total de A e B	1.040
4. Publicidade e despesas gerais	24	D) Créd. do Bco.do Brasil	250
5. Juros e comissões bancárias	75	E) Créd. do Tesouro Nacional	<u>250</u>
6. Outras	<u>28</u>	Subtotal	500
Subtotal	1.181		
Total das Despesas	1.543	Total das Receitas	1.540

Fonte: C.M. Peláez "História da Inudstrialização Brasileira" - APEC - 1972 - pg. 52.

A conta relevante para a nossa análise é a conta 10 shillings que está associada à compra e destruição do café. Entre maio de 1931 até fevereiro de 1933, 65% destas despesas são financiadas por impostos, enquanto que os restantes 35% tiveram co mo fonte de recursos créditos do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional. A destruição e desnaturação do café já atingia por

essa época o total de 14,4 milhões de sacas⁽¹⁾.

A totalidade das compras de café representa aproximadamente 30% da receita de exportação de café dos anos de 1931 e 1932. Se se atentar para o fato de que a política de sustentação encetada pelo governo federal fez com que o preço externo do café não caísse tanto como cairia caso não houvesse nenhuma intervenção no mercado e que houve uma acentuada desvalorização cambial neste período, pode-se inferir que a magnitude das compras e destruição internas de café são fatores extremamente importante para a manutenção do setor cafeeiro e portanto de parcela significativa da renda da economia brasileira. Portanto, compra de café, defesa do preço externo e desvalorização cambial fazem parte de uma política única que possibilita defender a economia cafeeira e a economia brasileira da grande crise internacional.

Algumas qualificações adicionais podem ser feitas enfatizando ainda mais a importância da política cafeeira como fator relevante para insular a economia brasileira da "Grande Depressão":

- a) Como enfatizou Fishlow "O imposto de exportação não foi um simples arranjo interno dentro do setor cafeeiro. De certa maneira ele foi gerado pelo comprador estrangeiro e dessa forma manteve a renda do setor cafeeiro a níveis mais altos do que os que teriam ocorrido de outro modo. Na verdade, há uma suposição de que a maior parte do imposto foi desviado do exterior devido à demanda inelástica resultante da posição dominante do Brasil no mercado mundial"⁽²⁾.

Portanto, não se deve atribuir a incidência total dos impostos de exportação sobre o cafeicultor brasileiro.

- b) 35% das compras de café foram oriundas de recursos fornecedor pelo Banco do Brasil e Tesouro Nacional representando este elemento criação de moeda com efeitos favoráveis sobre

(1) Leon Regray "O Café do Brasil em 1934" Departamento Nacional do Café (1935) pag. 23

(2) A. Fishlow "As Consequências...: pag. 28

a renda do setor cafeeiro.

- c. Mesmo que se admitisse que a totalidade dos investimentos em estoques de café invendáveis fosse oriunda de receita de impostos sobre a exportação de café e que estes impostos recaíssem em quase sua totalidade sobre o setor cafeeiro, o fato relevante é que esta política, de qualquer forma, maximizaria a receita cambial do café e via desvalorização cambial ainda teria um efeito capital sobre os níveis de renda da economia brasileira. Internamente, essa política implicaria na validade do "Teorema do Orçamento Equilibrado" tendo também efeito favorável sobre o nível de renda da economia.

Como a defesa do setor cafeeiro, durante maio de 1931 a fevereiro de 1933, não foi feita dentro destas condições radicais' pode se inferir que a política de proteção ao café possibilitou a manutenção da renda monetária e real do setor em níveis bem mais elevados do que prevaleceriam caso não houvesse intervenção, minimizando os impactos da crise mundial sobre o setor.

- d. A análise aqui desenvolvida abrange um período onde não se inclui a safra recorde de 1933/34, e se a incluirmos teremos modificações significativas na forma de financiamento das compras de café. As atividades do Departamento Nacional do Café (D.N.C.) que substitui o C.N.C., em boa parte devido a magnitude da safra 1933/34, são apresentadas na tabela nº 2.

RECEITAS E DESPESAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ - MAIO DE 1931 A 31 DE DEZEMBRO DE 1934

EM MIL R\$

Aplicações		Recursos	
1) <u>Conta 10 Shillings</u>		1) <u>Conta 10 Shillings</u>	
Compra de Café	2.823.661.581\$400	Arrecadação da Taxa	1.599.670.743\$542
Fretes	127.834.601\$600	Créditos BB	117.729.804\$300
Despesas de conservação	35.985.161\$771	Letras aceitas pelo BB	586.500.000\$000
Despesas de desnaturalização de café	24.568.268\$701	Letras do tesouro	300.000.000\$000
Aquisição de imóveis, móveis etc.	20.406.583\$615	Outros credores	397.993.979\$591
Despesas de administração	29.208.240\$992	Débitos Diversos	406.983.562\$300
Despesas de fiscalização	2.183.378\$002		
Propaganda	4.652.903\$860		
Donativos	225.090\$000		
Subvenções a Estados	17.003.000\$000		
Comissões bancárias	11.399.235\$760		
Juros Pagos	198.093.397\$047		
Selos e estampilhas	15.294.444\$700		
	3.309.890.600\$533		3.423.279.172\$374
Disponibilidade em bancos	31.650.000\$900		
Créditos diversos	91.738.570\$900		
	3.423.279.172\$374		
2) <u>Conta 5 shillings</u>		2) <u>Conta 5 Shillings</u>	
Remessas a São Paulo para o serviço da dívida	351.730.373\$402	Arrecadação da taxa	631.165.601\$295
Despesas com expedição de café	48.347.028\$650		
Despesas de armazenagem	11.195.316\$800		

TABELA Nº 2

RECEITAS E DESPESAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ - MAIO DE 1931 DE DEZEMBRO DE 1934EM MIL RÉIS

(continuação)

Aplicações	Recursos
Despesas com seguros 2.317.638\$360	
Despesas de fiscalização 669.055\$800	
Custo do Café do DNC para exportação por conta do empréstimo 11.708.371\$600	
Restituição aos Estados Cafeeiros 130.469.773\$751	
Quantias pendentes de restituição aos Estados <u>77.041.728\$200</u>	
631.165.601\$295	

Fonte: 1) Departamento Nacional do Café - Balanço Geral em 31/12/34 - Operações de Conta Própria (Ciclo 10/-) e Operações do Empréstimo de \$ 20.000.000 (ciclo 5/-).

2) Revista do Departamento Nacional do Café, Ano III, nº 25, junho de 1935 - volume V - pags. 15 a 26.

Nota: Esta tabela inclui o total acumulado das despesas com a compra de café e com o serviço da dívida do empréstimo de \$ 20.000.000 para o período 5/31 a 12/34, as receitas acumuladas do imposto sobre a exportação de café para o mesmo período e o saldo das operações de crédito em 31/12/1934.

A primeira observação a ser feita é que as despesas do DNC representam, agora, aproximadamente, 40% da receita de exportação dos anos 1931 a 1934 dando isto uma idéia da grande magnitude do programa de sustentação interna pois durante este mesmo porríodo a participação média das receitas de exportações de café no total é de 70% (vide gráfico nº 2).

Em segundo lugar, as despesas globais do DNC tem como fonte de recursos: o imposto de exportação (48%) e créditos diversos (52%). Entre fevereiro de 1933 a dezembro de 1934, muda sensivelmente a participação das fontes de financiamento, assumindo maior importância às operações de crédito.

Em termos marginais, os acréscimos de despesa entre 2/33 a 12/34, foram financiados somente em 40% com aumento de impostos, sendo o restante obtido via créditos ⁽¹⁾.

Seria erroneo, portanto, atribuir aos impostos de exportação a fonte exclusiva de recursos para proteger o setor cafeeiro brasileiro.

e. A flexibilidade de preços e salários dentro das características de um modelo clássico, foi outro fator responsável pela manutençã o nível de renda real do setor cafeeiro. A medida em que o preço em cruzeiros do café declinava, tínhamos também uma queda do salário monetário nas lavouras. Os preços do café caem e, 30% entre 1929 a 1933 e o salário monetário rural no Estado de São Paulo cai neste mesmo período em 33% ⁽²⁾.

f. Finalmente, a importância da política cafeeira pode ser avaliada pelas estatísticas apresentadas em depoimentos das autorida

(1) Os dados sobre Salário Monetário, foram obtidos de Mário Cardim, "Ensaio de Analyses de Factores Econômicos e Financeiros do Estado de São Paulo e do Brasil no período de 1913-1934 pelo Methodo de Numeros Índices" - Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo (1936) pag. 26 e 27.

(2) Este resultado é obtido pela diferença entre as Receitas e Despesas do DNC e CNC apresentadas nas tabelas Nº 1 e 2

des que estiveram envolvidos neste enorme plano de defesa da economia brasileira.

Segundo Oswaldo Aranha "A intervenção do Governo revolucionário permitiu à lavoura cafeeira do país liquidar, entre janeiro de 1931 e junho de 1934 101.277.500 sacas, sendo 52.905.000 exportadas e 48.549.318 compradas pelo Conselho e pelo Departamento Nacional do Café".

"Cumpriu, assim o programa que se traçara, único possível na Conjuntura herdada desse passado de erros".

"Eliminou o estoque, restabeleceu o equilíbrio estatístico e, conseqüentemente, poderá restituir, na era legal, o café à liberdade comercial, E, estou certo, corrigindo o maior dos fundos de instabilidade da economia nacional" (1).

Do total do café comprado quase 30 milhões de sacas já haviam sido destruídas no período. Segundo Armando Vidal, Presidente' do Departamento Nacional do Café "O total de café eliminado pelo CNC e DNC monta a 29.019.721 sacas, assim distribuídas:

Pelo CNC de 5/6/31 até 16/2/33	14.069.201
Pelo DNC de 17/2/33 até 10/6/34.....	<u>15.071.464</u>
Total.....	29.071.464 ⁽²⁾

A partir de 1934, em função de colheitas menores diminui a pressão sobre o DNC que passa a controlar a oferta através da divisão da produção em quotas retidas (nos armazens) e quotas diretas que seguem para os portos de exportação. Quando ocorre uma safra maior é instituída uma "quota de sacrifício", (normalmente 30% da produção do ano) e paga à taxas irrisórias em

(1) Oswaldo Aranha "A situação do Café brasileiro e a ação do Governo Provisório" - Revista do Departamento Nacional do Café (set. 1934): pag. 365.

(2) Armando Vidal "A situação do Café brasileiro" - Revista do Departamento Nacional do Café (julho, 1934): pag. 12.

quanto que o restante da quota é paga a preços mais elevados , fazendo com que em média o preço da quota seja bem superior ao preço da quota de sacrifício. Por exemplo da safra 1937/38, 30% foi considerada como "quota de sacrifício" e paga a 5 mil réis a saca; 40% foram estocadas e pagas a 65 mil réis a saca e os restantes 30% foram exportados à 135 mil réis.

Nesta segunda fase da política cafeeira (1935/39) são destruídas mais 34 milhões de sacas de café, porém o preço externo do produto não se recupera, permanecendo 60% abaixo do verificado em 1929 (vide gráfico nº 4).

Os Balanços do DNC para este período registram créditos elevados com o Banco do Brasil, porém com tendência decrescente. Em 1937 isenta-se o DNC de pagar o crédito de 300 mil contos com o Tesouro Nacional. O imposto de exportação (taxa de 10 shillings) cai de aproximadamente 460 mil contos em 1935 para 100 mil contos em 1939, reduzindo a capacidade do DNC de financiar compras do café⁽¹⁾. A partir de 1937 a única forma de intervenção no mercado cafeeiro passa a ser feita através das "quotas de sacrifício", seguindo o restante da produção para os portos de exportação.

Esta fase da política cafeeira embora conte com recursos financeiros menores ainda é um elemento importante na defesa do setor cafeeiro, que continuava apresentando níveis de produção superiores às possibilidades de exportação.

Associando-se esta política de defesa dos preços externos do café com o mecanismo cambial podemos identificar a maneira pela qual a política de proteção ao setor cafeeiro funcionou durante a década dos trinta: A compra a destruição de café fizeram com que os preços caíssem menos que em condições de não intervenção (embora à custos elevados) a taxa de câmbio, por sua vez, ao se desvalorizar garantia uma receita elevada de exportações (em cruzeiros) mantendo a renda monetária e real

(1) Balanços semestrais do DNC-Operações de Conta Própria (ciclo 10/-) e Demonstração Parcial das Operações de Conta Própria (ciclo da taxa de 10/-) DNC - Diversos anos.

do setor. (vide gráfico Nº 3).

Caberia, finalmente, ressaltar que a partir de 1933 a participação das exportações de café nas exportações globais do Brasil caem sensivelmente: de 72,8% em 1933 para 39,8% em 1939, assumindo papel importante nas receitas de exportação, as vendas externas de algodão. Este comportamento está apresentado no gráfico nº 2.

Seria difícil negar que a política de defesa do setor cafeeiro, associado a desvalorização cambial, manteve a renda do setor cafeeiro em níveis elevados ao longo da década dos trinta. Pelo gráfico nº 3 pode se verificar que a receita de exportação, (monetária e real) de café não apresenta tendência declinante ao longo desta década. Se associarmos a este comportamento as compras internas de café e o rápido crescimento das exportações de algodão a partir de 1934 encontraremos fatores importantes para identificar um nível de renda e da demanda agregada elevado durante este período.

2. Política Monetária, Fiscal e Cambial

a. Política Monetária

Com o início da "Grande Depressão", os meios de pagamentos se retraem em termos nominais em 15% (entre 1929 e 1930). Possivelmente um fator importante responsável por esta diminuição tenha sido a saída de "hot money" do país, pois neste período ainda existia a Caixa de Estabilização convertendo mil réis em moeda estrangeira. A partir de 1930 os meios de pagamentos crescem continuamente (com excessão de 1933) e em 1930 seu volume é o dobro do existente em 1929 (vide gráfico nº 9). Tendência semelhante ocorre com o papel moeda emitido que cresce entre os dois anos extremos da época em 46%. A diferença de taxas de crescimento entre o papel moeda emitido e os meios de pagamentos, provavelmente esteja associada à diminuição dos encaixes totais dos bancos comerciais como fração do estoque de moeda e pelo aumento da participação dos depósitos a vista nos bancos comerciais nos meios de

pagamentos. Como já foi apontado, a impossibilidade de se parar as atividades do Banco do Brasil entre banco comercial e autoridade monetária compromete o cálculo correto do imultiplicador e da base monetária⁽¹⁾.

A "liquidez real" obtida pela divisão do total de meios de pagamentos pelo nosso "indicador de preços" mostra que mesmo no ano de 1930, onde os meios de pagamentos se retraem em 15% em termos nominais, não existe diminuição acentuada da liquidez do sistema. Em termos reais os meios de pagamentos diminuem em 1,5% entre 1929 e 1930. Se considerarmos que entre estes dois anos o produto real diminui, não existiriam razões para supor que a queda dos meios de pagamentos fosse um fator importante para inibir as atividades econômicas do país.

Para os demais anos da década dos trinta (em 1931 a "liquidez real" já era 25% superior a de 1929) os meios de pagamentos em termos reais crescem acentuadamente. (vide gráfico nº 10).

Dois elementos poderiam ainda ser destacados para explicar o crescimento dos meios de pagamentos ao longo da década dos trinta:

- i. A política de defesa do setor cafeeiro esteve em parte associada à emissões do Tesouro Nacional e créditos do Banco do Brasil, as quais devem ter contribuído para expandir os meios de pagamentos.
- ii. A partir de 1935 é reestruturada a Carteira de Redes contos do Banco do Brasil para dar maior acesso ao re desconto de títulos industriais e comerciais; provavelmente isto tenha ocorrido como consequência do próprio crescimento industrial que se observa na época.

(1) Supondo-se o Banco do Brasil como um banco extritamente comercial, constata-se que a participação dos encaixes totais dos bancos caem significativamente ao longo da década dos trinta (de 23% em 1929 para 10% em 1939) enquanto que a fração dos depósitos a vista sobre os meios de pagamentos aumenta (de 62 para 66%).

iii. No início da década dos trinta os deficits do governo são extremamente elevados, chegando a representar quase que 30% do dispêndio total do governo (nos anos de 1930 e 1932) e ele foi em larga parte financiada por emissões. Com exceção dos anos de 1933 e 1934, a cobertura do déficit do Governo Federal foi feita quase que totalmente via emissões⁽¹⁾.

É difícil interpretar a duplicação dos meios de pagamentos ao longo da década dos trinta como "ortodoxa" e não se poderia atribuir a esse comportamento um entrave sério ao crescimento da economia brasileira ao longo deste período.

b. Política Fiscal

Para avaliar a participação do governo, através da política fiscal, tomamos dois indicadores: a participação dos gastos do governo (federal, estadual, municipal e previdência social) no PNB e o déficit total como fração dos gastos do governo, em todos os níveis.

Esses dados são apresentados no gráfico nº 8.

Pode-se observar que com o início da crise, aumenta significativamente a participação do dispêndio do governo no PNB: de 15,0% em 1929 para 21,0% em 1932. Entre 1933 e 1935 essa participação se situa em torno de 20%; entre 1936 e 1937 cai para 16,8% para depois se recuperar e atingir 19,2% em 1939.

O deficit do governo, por sua vez apresenta um comportamento bastante irregular: permanece em níveis elevados até 1934, diminuindo, depois sua importância em termos de participação sobre o dispêndio total. Em 1936 temos até um superavit.

(1) Annibal Villanova Villela e outros "Aspectos do Crescimento da Economia Brasileira - 1889-1969" - F.G.V. - IBRE-Volume I-Cap.5ª a 7 - pag.548 - Tab.7.72 - "Financiamento do Deficit do Governo Federal".

Parece-nos que o aumento da participação dos gastos do governo no dispêndio global associado aos deficits elevados ' do início dos anos trinta deve ter sido um elemento adicional para explicar o pequeno impacto da Grande Depressão na economia brasileira, bem como um fator favorável para a recuperação do nível do produto real a partir de 1931. Mesmo quando o deficit diminui de importância, a participação do dispêndio do governo permanece elevada, em níveis superiores aos verificados na década dos vinte, o que por si só já representa uma política fiscal expansionista.

Não se deve atribuir ao comportamento do governo durante este período o rótulo de "ortodoxo" pois os dados indicam que sua participação foi no sentido de favorecer a expansão do nível renda, mesmo quando os deficits não representaram parcela importante dos gastos.

c. Política Cambial

Entre 1929 e 1939 a taxa de câmbio se desvaloriza em 109%, em função das dificuldades de Balanço de Pagamentos derivados da queda das receitas de exportações e pelos pesados encargos da dívida externa contraída anteriormente. A desvalorização do cruzeiro é quase contínua ao longo da década dos trinta, com uma excessão importante em 1932: o cruzeiro se valoriza em 23% com relação a libra esterlina. A razão deste fenômeno reside no fato de que no final de 1931 a Inglaterra abandona o padrão ouro, desvalorizando sensivelmente sua moeda: Segundo Friedlaender "La Gran-Bretaña suspendió el patron oro el 20 de septiembre de 1931, a causa en parte del pánico que siguió al colapso del Creditanstalt, que hizo que los extrangeiros retiraran sus saldos de Londres, con lo cual se agotaran las existências de oro. A esto siguió casi inmediatamente la baja de casi una tercera parte del valor exterior de la libra" (1).

(1) H.E. Friedlander y J. Oser "Historia Econômica de la Europa Moderna (1957): - pag. 549.

Isto pode ser visto de uma outra maneira: a taxa de câmbio com relação ao dólar americano permanece praticamente está vel (valorização de 1,6%) mostrando que a valorização do mil réis com relação à libra esterlina decorre da desvalorização da moeda inglesa e não de uma política brasileira de valorização da taxa de câmbio (1).

A desvalorização cambial teve em primeiro lugar um efeito fa vorável sobre a renda do setor cafeeiro: Enquanto que os pre ços externos do café caíram em aproximadamente 70% entre 1929 a 1939, os preços internos do café caem em 30% em ter mos nominais e 35% em termos reais no mesmo período.

Estes resultados podem ser visualizados nos gráficos de nºs 3, 4 e 5.

Em segundo lugar, houve uma desvalorização cambial real du rante a década dos trinta, fazendo com que este fator fosse importante para o crescimento industrial. Este resultado es tá apresentado no gráfico nº 7.

Em terceiro lugar, como consequência da política cambial e comercial brasileira, entre 1930 a 1932, temos elevados supe ravits de Balança Comercial, os quais tem como resultado ele var a demanda agregada interna (2).

A evolução da taxa cambial ao longo da década dos trinta esta em completo desacordo com o que Peláez chama de política cambial "ortodoxa", já que ela se desvaloriza sensivelmente, em vez de se valorizar.

(1) Annibal Villanova Villela e outro "Aspectos... pag. 322

(2) Veja-se para este argumento: C.M. Peláez "A Balança Comercial. A Grande Depressão e a Industrialização Brasileira". Revista Brasileira de Economia - (março, 1968).

d. A Defesa do Setor Cafeeiro, Política Econômica e Industrialização no período 1929/1939

A proteção dada ao setor cafeeiro fez com que os preços externos do produto não caíssem tanto como cairiam caso o governo não intervisse através da destruição do excesso de produção. Pelo mecanismo cambial esta queda de preço é atenuada mantendo a receita de exportações em níveis elevados. É importante ressaltar que essa política maximiza a receita cambial, em condições adversas de comércio internacional e portanto maximiza a participação do setor externo na geração de renda na economia brasileira⁽¹⁾. Se adicionarmos às receitas de exportações as compras internas de café efetuadas pelo CNC o DND pode-se ter uma idéia da importância da defesa do setor cafeeiro como elemento básico para a manutenção do ritmo de atividade interna do país. A partir de 1934 o crescimento das exportações de algodão vêm também contribuir para que o setor externo seja um importante setor de geração de renda e de demanda.

Apesar do esforço de defesa do preço externo do café, as relações de troca pioram. Em 1939 elas estão 65% abaixo das de 1929 (vide gráfico nº 5). Entre esses dois anos a taxa de câmbio se desvaloriza em 109% enquanto que os preços internos crescem em 7%.

Se adicionarmos a estes dados uma expansão monetária de 101,5% e uma participação elevada dos gastos do governo no PNB, não seria difícil determinar os fatores do rápido crescimento industrial durante a década dos trinta (da ordem de 125%).

Antes, porém, seria interessante separar dois efeitos da política de defesa do setor cafeeiro sobre o setor industrial. Um efeito seria o de prejudicar o desenvolvimento industrial pela distorção dos preços relativos em favor

(1) Estariamos próximos, neste caso, do resultado obtido pela imposição de uma tarifa ótima como restrição ao comércio externo.

do setor cafeeiro na medida em que o preço do café cai menos do que cairia sem proteção. Este aspécto não é relevante ao longo da década dos trinta embora o fosse nos anos vinte⁽¹⁾.

O outro efeito seria o de favorecer o desenvolvimento industrial através do aumento da demanda de produtos industriais pois a renda dos cafeicultores não podia ser canalizada para o exterior, devido a limitada quantidade de divisas disponíveis. Este é o impacto relevante da defesa do setor cafeeiro sobre o setor industrial.

Associando-se a este fator, os gastos do governo, a política monetária expansionista, a piora das relações de troca e a desvalorização real da taxa de câmbio temos os elementos importantes para explicar o rápido crescimento industrial ao longo da década dos trinta.

E. Sumário

Com relação ao período 1929/1939, pode-se concluir que:

1. Proteger o setor cafeeiro ao longo da década dos trinta, ao contrário dos anos vinte, significou acelerar o desenvolvimento industrial. A demanda interna por produtos industriais cresce neste período como sub-produto da defesa do setor cafeeiro. Uma qualificação adicional deve ser feita e para isto utilizemos as palavras de Baer e Villela "It can be concluded that, as in world 'war I, growth of industrial output in the first half of the thirties was based on a fuller utilization of 'existing capacity, much of which had been built in the previous decade. By the secoud half of the 1930s, '"

(1) Esta colocação é extritamente teórica. Ao se iniciar a crise de 29, não existia a opção entre intervir e não intervir em defesa do setor cafeeiro.

Não intervir significaria a desorganização total do sistema econômico e intervir representa uma distorção em favor do setor cafeeiro.

growth of industrial production was accompanied by capacity expansion. Steel capacity expanded with the appearance of numerous new small firms and especially with the opening of Belgo Mineira's new plant at Monlevade. Similarly; new cement firms appeared, and paper production capacity was expanded at a very rapid rate"⁽¹⁾.

Em 1939, o setor industrial brasileiro já empregava 9,5% da mão-de-obra economicamente ativa e era responsável por 17,4% do valor adicionado total de nossa economia.

2. As políticas: Monetária, fiscal e cambial atuaram no sentido de defender o nível de renda da economia facilitando o desenvolvimento industrial. Como na década dos vinte, é difícil identificar a expansão monetária, a desvalorização cambial e os deficits do governo como políticas econômicas "ortodoxas".

F. Qualificação às Análises da Política Econômica e do Desempenho da Economia Brasileira durante o Período 1929/1939.

Com base na análise desenvolvida neste capítulo pode-se fazer as seguintes observações com relação aos trabalhos dos diversos autores que estudaram a economia brasileira na década dos trinta.

1. Celso Furtado

As qualificações que se podem fazer a análise de Furtado são as seguintes:

- a. Parece-nos que Celso Furtado tem o "insight" correto com relação aos impactos favoráveis sobre o nível

(1) Werner Baer and A.V. Vilella "Industrial Growth and Industrialization: Revisions in the Stages of Brazil's Economic Development" - The Journal of Developing Areas (jan, 1973): pag 209.

de renda da defesa do café, fazendo com que as repercussões da depressão fossem menores e facilitassem a recuperação da economia brasileira. Porém seu trabalho é falho como pesquisa histórica ao deixar de considerar outros fatores que contribuíram para minorar os efeitos da depressão e que possibilitaram a recuperação dos níveis de produção a partir de 1932. Além disto, ele considera o financiamento das compras de café como sendo feitos via crédito e isto não é totalmente correto.

- b. Não considera o empréstimo externo de 1930, que foi uma medida inicial de grande apoio ao setor cafeeiro.
- c. Os elevados déficits do governo no início da década, o aumento da participação do governo ao longo dos anos trinta, o superavit na Balança comercial no período 1930-1932 são também elementos responsáveis pelo resultado que Furtado atribue exclusivamente à política do café.
- d. A flexibilidade de preços e salário é um elemento adicional que deve ser apontado como favorável à manutenção da renda real em níveis elevados durante os primeiros anos da década dos trinta.
- e. As atividades do CNC e DNC nem sequer são mencionados em seu livro. A análise da atuação destes dois órgãos indica que a proteção dada ao setor cafeeiro não foi tão simples como ele aponta, embora o resultado da intervenção do governo seja próxima a apontada por Furtado. Defender o setor café durante a década dos trinta, incluindo impostos de exportação e "quotas de sacrifício", não altera o resultado básico de manter a renda do setor cafeeiro em níveis elevados e portanto a demanda agregada. Como já foi apontado anteriormente, maximizar a receita cambial através do controle da oferta de café por si só já apresenta uma caracte

rística anti cíclica importante. Se adicionarmos a isto as compras internas de café e a desvalorização cambial, encontraremos na defesa do setor cafeeiro um **elemento** fundamental para explicar o comportamento da economia brasileira ao longo da década dos trinta.

- f. Do ponto de vista analítico Furtado não separa os dois elementos da política de sustentação do café: um o de prejudicar o desenvolvimento industrial (de pouca importância durante os anos trinta) devido a fixação de preços acima do que prevaleceriam caso o mercado funcionasse livremente, e, outro o de facilitar a industrialização devido ao aumento da demanda interna por produtos anteriormente importados. Esta separação é importante pois Peláez vai se fixar no primeiro argumento para concluir que proteger o setor cafeeiro implicou em um atraso industrial durante a década dos trinta.
- g. Seu argumento quanto a transferência de recursos da agricultura de exportação para a indústria é de difícil verificação empírica. Como ele mesmo ressalta, parte dos lucros oriundos da exploração do café se destinam para a produção de algodão. Nada se pode concluir com os dados históricos disponíveis, se o restante é ou não transferido diretamente para a indústria. Provavelmente esta transferência se faça de forma indireta através da demanda de produtos industriais nacionais.

2. C.M. Peláez

As qualificações que poderiam ser feitas a análise de Peláez são as seguintes:

- a. Não dá destaque à importância da primeira grande medida de defesa do setor cafeeiro: o empréstimo externo de £ 20.000.000 feito em 1930 pelo governo do Estado de São Paulo. Como já foi destacado anteriormente, estes recursos financiaram os cafeicultores, em um ano de produção elevada (quase trinta milhões de

sacas) e num momento onde os recursos do Instituto Paulista do Café estavam praticamente esgotados com as políticas de valorização anteriores.

- b. Suas afirmações de que as compras de café foram financiadas basicamente por impostos não corresponde ' de forma exata com os seus próprios dados (Vide Tabela nº 1).

No período de maio de 1931 a fevereiro de 1933, 65% das compras foram financiadas pelos impostos de exportação e 35% por créditos do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional (conta dos 10 shillings). Deve-se ' enfatizar que este período corresponde ao financiamento de uma única safra elevada (1931/1932).

Se adicionarmos aos dados de Peláez os referentes a safra de 1933/34 (a maior de todos os tempos) vemos que as fontes de financiamento mudam sensivelmente e as operações de crédito representam agora 52% contra 48% da arrecadação de impostos.

Os gastos acumulados com compra de café entre maio de 31 a dezembro de 1934, representam 40% das receitas de exportação deste período. Considerando ainda o empréstimo de 1930 tem-se uma idéia da grande importância das compras internas como mecanismo de defesa do nível de renda da economia brasileira.

- c. A incidência do imposto de exportação não recaia integramente sobre o setor cafeeiro. Em função da demanda inelástica do café, **resultante** da posição dominante do Brasil no mercado mundial, o imposto deve ter incidido também sobre o consumidor estrangeiro. Com isto a renda do setor cafeeiro se mantém em níveis mais elevados do que os que teriam ocorrido de outro modo ⁽¹⁾.

(1) Este argumento é devido a Fishlow em "Origens e Consequências ' da substituição de Importações - Estudos Econômicos - IPE/USP - 1972 nº 6.

- d. Peláez esquece em sua análise um elemento importante da defesa do setor cafeeiro: a desvalorização cambial mantendo a renda monetária do setor exportador e dos setores a ele ligados em níveis elevados.
- e. A política de compra dos excedentes de café - independente das fontes de financiamento - por si só já representa uma política anti-cíclica ao possibilitar a maximização da receita cambial e da participação do setor exportador na demanda agregada. Sem esta política as relações de troca teriam se deteriorado mais do que efetivamente ocorreu e a economia brasileira encontraria ' seu equilíbrio a níveis de renda muito mais baixos do que se observou.
- f. Com relação aos seus argumentos de que a política mone-tária e fiscal se pautou, durante a década dos trinta , por princípios "ortodoxos" parece-nos que Peláez incor-re em um erro de interpretação.

O "desejo" dos políticos manifestados através de documentos oficiais não coincide com a "realidade" econômica da época, que impede ou restringe as suas intenções. Portanto, basear-se em intenções e não em fatos, é um erro básico na medida em que a execução destas políti-cas não coincidam com as intenções apresentadas nos documentos.

Uma expansão monetária superior a 100% durante a década dos trinta não poderia nunca ser enquadrada como "orto-doxa" como o faz Peláez, da mesma forma que os déficits frequentes do governo não podem ser interpretados como ocorrências exógenas, nem como "ortodoxia".

Atribuir, em parte, o atraso industrial do Brasil duran-te a década dos trinta à "ortodoxia" da política econômica é um argumento que não têm respaldo nos dados estatísticos.

- g. Sua análise sobre a transferência direta de recursos do setor agrícola para o industrial, revela que se houve transferência esta o foi dentro da agricultura de café para a do algodão, não sobrando nada para ser transferido para a indústria. Quanto a primeira conclusão parece que ela é correta; quanto a segunda ' seus dados são insuficientes para uma conclusão como a que ele tirou. Utilizar o lucro líquido do setor café como dado para avaliar a possibilidade de transferência de recursos da agricultura e indústria, deixa muito a desejar, pois esta pode não ser a ' única fonte de recursos para a tranferência para o setor industrial.
- h. Com relação a política de defesa do café no final da década feita exclusivamente com base nas "quotas de sacrifício" Peláez conclue que ela não se baseia em crédito nem contribui significativamente na manutenção do nível de renda.

Em primeiro lugar deve-se ressaltar que no final da década a importância do café nas exportações e no produto brasileiro é inferior à do começo dos anos trinta. Defender café no final da década não é tão relevante quanto defendê-lo durante o período 1929/1934.

Em segundo lugar, esta política também implica na maximização da receita cambial e finalmente Peláez esquece do mecanismo cambial como instrumento protetor do setor e portanto favorável à manutenção dos níveis de renda monetária em níveis elevados.

- i. A importância do café, quando se inicia a crise de 1929, é total dentro da economia brasileira. Ele é responsável por 70% das receitas de exportações; o sistema bancário, comercial, transporte e demais atividades do mercado interno estão condicionados ao

comportamento do setor cafeeiro.

Se somarmos o empréstimo externo de 1930, as compras internas de café entre 1930-1934, a incidência do imposto sobre o consumidor, a desvalorização cambial e a maximização da receita cambial encontraremos os elementos básicos para explicar o pequeno impacto da depressão sobre a economia brasileira e a recuperação dos níveis de produto real a partir de 1932.

A partir de 1934, a continuação da política de defesa do café, o crescimento das exportações de algodão, o crescimento industrial, uma política monetária e cambial flexível explicam o crescimento do produto real até o final da década.

- j. Peláez argumenta que proteger o setor cafeeiro durante a década dos trinta, através da fixação de um preço mínimo para o produto, impediu a industrialização. Esta conclusão deriva da análise desenvolvida a partir de um modelo de equilíbrio geral microeconômico, onde a imposição de um imposto de exportação e a fixação de preços mínimos internos para o café distorce rentabilidades relativas em detrimento da industrialização. O efeito desta política seria inibir a expansão da oferta de produtos industriais internos.

Este resultado é correto, porém sua relevância durante a década dos trinta é pequena. O fator relevante para explicar o desenvolvimento industrial no período é a demanda. A manutenção da demanda agregada (pelos fatores já apontados), a piora das relações de troca e a desvalorização real do valor externo de nossa moeda, fazem com que a demanda interna por produtos industriais cresça rapidamente fazendo com que o setor possa crescer 125% durante a década dos trinta. Os resultados da política de sustentação do café que Peláez infere para os anos trinta são válidos.

dos somente para a década dos vinte.

3. A.V.Villela e W. Suzigan

As qualificações que se poderiam fazer a análise de Suzi gan e Villela - em função da semelhança de suas análises com as de Peláez - seriam as que já foram feitas aos tra- balhos deste último. Caberia somente ressaltar que eles enfatizam o desenvolvimento industrial da época protegi- do pela desvalorização cambial e pelo pequeno impacto da depressão no Brasil (devido ao superavit da Balança Co- mercial e aos déficits não previstos pelo governo).

4. A. Fishlow

Suas qualificações poderiam ser feitas ao trabalho de Fishlow:

- a. Aceita as conclusões de Peláez de que o programa de sustentação do café é feito basicamente por impostos. Como foi apresentado no capítulo II se acrescentar- mos o financiamento da safra 33/34 o resultado muda sensivelmente, assumindo maior importância os crédi tos na compra de café.
- b. Não se define quanto a importância da defesa do setor cafeeiro como elemento básico para a sustentação do nível de renda da economia brasileira no início da década dos trinta. Como já foi analisado anteriormen- te, a proteção ao setor cafeeiro é elemento fundamen- tal para explicar o pequeno impacto da depressão no Brasil não se devendo buscar em fatores exógenos (superativ de balanço comercial e déficits imprevis- tos do governo) a causa básica da pequena redução da renda real na economia brasileira no início da década dos trinta.

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões finais que se pode tirar da análise por nos efetuada - durante o período 1919/1939 - com relação a defesa do setor cafeeiro e das políticas econômicas seguidas no período são a seguir sumariadas.

A. Período 1919/1929

Proteger o setor cafeeiro significou atrasar a industrialização do Brasil. A melhora da relação de trocas, o crescimento das receitas de divisas e a estabilidade da taxa cambial, comprometeu a industrialização nos anos vinte.

Existem poucas indicações de "ortodoxia" de política econômica neste período. A estabilidade da taxa cambial é um subproduto da defesa do setor cafeeiro.

B. Período 1929/1939

Defender o setor café implicou em acelerar o crescimento industrial. Desde o início da crise de 1929, a manutenção de renda do setor cafeeiro, via compras internas e pelo mecanismo da desvalorização cambial, é elemento básico para explicar o pequeno impacto da depressão na economia brasileira.

Este mecanismo possibilitou minimizar a queda da receita de divisas e pela desvalorização cambial manteve a renda monetária do setor cafeeiro em níveis elevados.

Se acrescentarmos à política de defesa do café, os superávits do Balanço Comercial, o aumento dos déficits do governo e de sua participação no produto e a flexibilidade de preços e salários encontraremos todos os elementos necessários para explicar o pequeno impacto da depressão no Brasil.

A continuação da política de defesa até o final da década dos trinta, o surto de exportação de algodão, a expansão dos meios de pagamentos, a desvalorização real da taxa de câmbio e a piora na rela-

ção de trocas seriam os elementos relevantes para explicar o crescimento do produto real (principalmente o industrial) ao longo da década dos trinta.

Caberia finalmente destacar que a política de proteção do café teve dois efeitos sobre a industrialização brasileira: atuar contra o setor industrial na medida em que distorceu rentabilidades relativas em favor do café (de pouca importância no período) e desestimulou o crescimento da oferta de produtos industriais; favorecer a industrialização através do aumento da demanda de produtos industriais. Em função das condições prevalecentes na economia brasileira durante a década dos trinta, foi este o fator relevante da política de defesa do café sobre o crescimento industrial do período.

Além disto, a desvalorização real da taxa de câmbio favoreceu a substituição de importações ao longo da década dos trinta, coisa que não aconteceu na década dos vinte.

APÊNDICE Nº 1

Dados do
Setor Externo da Economia Brasileira
1919 / 1939

Fonte dos Dados Básicos: - Villela, Annibal Villanova e Suzigan, Wilson - "Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira - 1889-1945" IPEA INPES-1973-APÊNDICE I-ESTATÍSTICO.

- Peláez, Carlos M.-"História da Industrialização Brasileira"-APEC Editora-1972-Tabela M.

ANOS	EXPORTAÇÕES VALOR EM £1000	IMPORTAÇÕES VALOR EM £1000	SALDO VALOR EM £1000	ÍNDICE DE "QUANTUM" IMPORTAÇÕES	ÍNDICE DE "QUANTUM" EXPORTAÇÕES	ÍNDICE DE PREÇOS IMPORTAÇÕES	ÍNDICE DE PREÇOS EXPORTAÇÕES	ÍNDICE DE RELAÇÕES DE TROCA
1919	117.388	71.867	45.521	36,2	90,9	104,4	62,1	59,5
1920	82.346	88.369	- 6.023	47,4	82,3	125,1	55,2	44,1
1921	45.411	46.033	- 622	32,8	82,4	146,5	53,8	36,7
1922	61.317	43.609	17.708	40,3	88,5	116,3	68,3	58,7
1923	68.562	47.441	21.151	54,2	97,1	118,6	88,1	74,3
1924	86.737	62.502	24.235	72,4	87,7	109,4	114,2	104,3
1925	102.875	84.443	18.432	85,7	86,3	111,8	120,6	107,9
1926	94.254	79.876	14.378	83,2	85,6	92,2	96,6	104,9
1927	88.689	79.634	9.055	82,9	95,0	112,0	99,4	88,8
1928	97.426	90.669	6.757	98,7	95,1	106,2	108,2	101,9
1929	94.831	86.653	8.178	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1930	65.746	53.619	12.127	62,1	106,0	107,1	71,1	66,3
1931	49.544	28.756	20.788	45,2	118,6	118,0	74,2	62,9
1932	36.630	21.744	14.886	41,1	92,2	94,8	71,3	68,1
1933	35.790	28.132	7.658	56,2	115,7	109,5	63,2	57,7
1934	35.240	25.467	9.773	60,6	124,8	117,1	71,7	61,2
1935	33.012	27.431	5.581	60,5	132,8	180,8	80,1	44,3
1936	39.069	30.066	9.003	63,0	147,6	192,3	85,9	44,6
1937	42.530	40.608	1.922	75,0	143,4	200,9	92,0	45,8
1938	35.945	35.916	29	67,8	175,4	217,3	90,0	41,5
1939	37.298	31.801	5.497	65,0	186,9	218,2	77,9	35,7

ANOS	ÍNDICE DO PODER AQUISI- TIVO DAS EXPORTAÇÕES	ÍNDICE DO VALOR DAS EXPORTAÇÕES	ÍNDICE DO VALOR IMPORTAÇÕES	VALOR EXPORTAÇÕES MIL CONTOS DE RÉIS	PNB NOMINAL (*)	PARTICIPAÇÃO EXPORTAÇÕES NO PNB	PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTA- ÇÕES DE CAFÉ NO TOTAL EX- PORTADO
1919	54,1	123,8	82,9	2178,7			56,0
1920	36,3	86,9	102,0	1752,4	15,0	11,7	49,0
1921	30,2	47,9	53,1	1709,7	14,4	11,9	59,8
1922	51,9	64,7	50,3	2332,1	14,0	16,7	64,6
1923	72,1	72,3	54,7	3297,1	18,7	17,6	64,6
1924	91,6	91,5	72,1	3863,6	23,4	16,5	75,7
1925	93,2	108,5	97,4	4021,9	24,5	16,4	72,2
1926	89,7	99,4	92,2	3190,6	21,9	14,6	73,8
1927	84,3	93,6	91,9	3644,2	23,3	15,6	70,6
1928	96,9	102,8	104,6	3970,3	28,6	13,9	71,5
1929	100,0	100,0	100,0	3860,5	28,5	13,5	71,0
1930	70,3	69,4	61,9	2907,4	24,5	11,9	62,9
1931	74,6	52,3	33,1	3398,2	21,7	15,7	69,1
1932	62,8	38,6	15,1	2536,8	22,4	11,3	71,9
1933	66,8	37,8	32,5	2820,3	24,1	11,7	72,8
1934	76,5	37,2	29,4	3459,0	26,1	13,3	61,1
1935	58,9	34,8	31,7	4014,0	27,0	14,9	53,7
1936	65,9	41,2	34,7	4895,4	36,1	13,6	45,6
1937	65,7	44,9	46,9	5092,1	43,4	11,7	42,4
1938	72,8	37,9	41,4	6096,9	45,2	13,5	37,7
1939	66,7	39,3	36,7	5615,5	45,6	12,3	39,8

(*) Milhões de Contos de Reis

APÊNDICE Nº 2

Dados do
Setor Cafeeiro
1919 / 1939

Fonte dos Dados Básicos: - Peláez, Carlos M. "História da Industrializa
ção Brasileira" - APEC Editora - 1972 - Tabe
la M.



ANOS	ESTOQUE DE CAFÉ DO BRASIL-MILHÕES DE SACAS DE 60 KG	CAFÉ DESTRUÍDO MILHÕES DE SACAS	EXPORTAÇÕES-MILHÕES DE SACAS DE 60 KG	PREÇO DE IMPORTAÇÃO CAFÉ-CENTAVOS POR LB	PREÇO DE EXPORTAÇÃO DO CAFÉ MIL REIS/SACA	ÍNDICE DE "QUANTUM" EXPORTADO-CAFÉ	ÍNDICE DE PREÇOS DE IMPORTAÇÃO - CAFÉ
1919			12,9	19,5	94,6	90,2	95,6
1920			11,5	19,5	74,7	80,4	95,6
1921			12,4	10,7	82,4	86,7	52,5
1922			12,7	12,9	118,7	88,8	63,2
1923			14,5	13,5	146,9	101,4	66,2
1924	2,8		14,2	17,5	205,9	99,3	85,8
1925	2,8		13,5	22,3	215,1	94,4	109,3
1926	4,5		13,8	21,6	170,7	96,5	105,9
1927	6,8		15,1	18,5	170,4	105,6	30,7
1928	13,5		13,9	21,3	204,6	97,2	104,4
1929	13,4		14,3	20,4	191,9	100,0	100,0
1930	25,0		15,3	13,1	119,5	107,0	64,2
1931	26,2	2,8	17,9	10,1	131,5	125,2	49,5
1932	28,0	9,3	11,9	9,1	152,8	83,2	44,6
1933	19,0	13,7	15,5	7,9	132,8	108,4	38,7
1934	18,3	8,3	14,1	8,8	149,5	98,6	43,1
1935	18,5	1,7	15,3	7,6	140,7	107,0	37,3
1936	21,3	3,7	14,2	7,7	157,3	99,3	37,7
1937	24,0	17,2	12,1	8,9	178,1	84,6	43,6
1938		8,0	17,1	6,9	134,2	119,6	33,8
1939		3,5	16,5	6,9	135,4	115,4	33,8

Anos	Índice de Preços da Exportação - Café	Preço Real do Café Preços de 1929-Mil Reis p/Saca	Receita das Exportações - Milhões de Cr\$	Receitas de Exportação de Café em milhões Cr\$ de 1929	PNB Nominal	Participação Receita de Exportação -PNB	Anos	Produção Café Milhões de Sacas de 60 KG
1919	49,3	131,9	1220,3	1702,0			1919/20	8,6
1920	38,9	100,5	859,1	1156,3	15,0	5,7	20/21	16,9
1921	42,9	119,3	1021,8	1478,7	14,4	7,1	21/22	13,9
1922	61,9	181,8	1507,5	2308,6	14,0	10,8	22/23	14,0
1923	76,5	176,8	2130,1	2563,3	13,7	11,4	23/24	15,6
1924	107,3	198,6	2923,8	2819,5	23,4	12,5	24/25	14,6
1925	112,1	194,0	2903,8	2618,4	24,5	11,9	25/26	15,8
1926	89,0	176,2	2355,7	2431,1	21,9	10,8	26/27	18,1
1927	88,8	179,7	2573,0	2714,1	23,3	11,0	27/28	27,6
1928	106,6	204,8	2840,4	2843,2	28,6	9,9	28/29	16,1
1929	100,0	191,9	2740,1	2740,1	28,5	9,6	29/30	28,9
1930	62,3	138,0	1827,6	2110,3	24,5	7,5	30/31	17,6
1931	68,5	171,3	2348,1	2968,5	21,7	10,8	31/32	28,5
1932	79,6	198,2	1824,0	2365,7	22,4	8,1	32/33	16,6
1933	69,2	176,1	2052,9	2722,7	24,1	8,5	33/34	29,6
1934	77,9	195,7	2114,5	2767,8	26,1	8,1	34/35	18,2
1935	73,3	180,6	2156,6	2768,4	27,0	8,0	35/36	20,9
1936	82,0	167,7	2231,5	2379,0	36,1	6,2	36/37	26,4
1937	92,8	162,1	2159,4	1964,9	43,4	5,0	37/38	23,6
1938	69,9	122,7	2296,1	2098,8	45,2	5,1	38/39	23,3
1939	70,6	126,4	2234,3	2086,2	45,6	4,9	39/40	19,3

APÊNDICE Nº 3

Dados do
Setor Governo para
1919 / 1939

- Fonte de Dados Básicos: - Villela, Annibal Villanova e Suzigan, Wilson
"Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira - 1889/1945"-IPEA/INPES -1973
APÊNDICE ESTATÍSTICO.
- Villela, Annibal Villanova e Outros "Aspectos do Crescimento da Economia Brasileira - 1889-1969"-FGV-IBRE-1971.

Anos	Cr\$ 1.000 Gov.Federal Receita Ar recada	Cr\$ 1.000 Gov.Federal Despesa Paga	Cr\$ 1.000 Saldo	Cr\$ 1.000 Prev.Social Receita	Cr\$ 1.000 Prev.Social Despesa	Cr\$ 1.000 Prev.Social Saldo	Cr\$ 1.000 Gov.Estadual Receita	Cr\$ 1.000 Gov.Estadual Despesa	Cr\$ 1.000 Gov.Estadual Saldo
1919	625,7	931,6	- 305,9				372,9	401,9	- 29,1
1920	822,3	1.226,7	- 304,5				462,3	505,9	- 43,6
1921	891,0	1.285,7	- 394,7				466,4	530,8	- 64,4
1922	972,2	1.423,3	- 456,1				499,3	613,5	- 114,3
1923	1.258,1	1.405,1	- 147,0	13,6	1,7	11,8	661,8	800,4	- 138,6
1924	1.511,1	1.629,8	- 118,7	21,5	6,2	15,3	806,9	882,9	- 76,0
1925	1.734,5	1.756,8	- 22,3	23,3	9,6	13,6	999,5	1.116,1	- 116,6
1926	1.644,6	1.823,6	- 178,9	25,8	12,5	13,3	963,6	1.273,4	- 306,4
1927	1.999,5	2.008,7	- 9,2	30,5	15,5	15,0	1.091,1	1.460,6	- 369,4
1928	2.207,4	2.018,2	+ 189,2	60,8	24,4	36,4	1.178,7	1.507,6	- 329,0
1929	2.394,7	2.224,6	+ 170,1	68,8	33,9	34,9	1.344,6	1.782,3	- 437,7
1930	1.674,4	2.510,5	- 836,2	62,5	40,7	21,8	1.098,6	1.718,8	- 618,2
1931	1.750,2	2.046,6	- 296,4	63,0	41,4	21,6	1.238,9	1.704,5	- 465,6
1932	1.695,6	2.859,7	- 1.164,1	92,5	50,4	42,1	1.220,8	1.379,3	- 358,5
1933	2.055,3	2.391,8	- 336,6	101,4	56,2	45,2	1.211,1	1.483,8	- 272,7
1934	2.518,6	3.050,2	- 531,6	127,5	66,2	61,2	1.335,4	1.826,7	- 491,4
1935	2.722,7	2.872,0	- 149,3	225,7	79,5	146,2	1.713,8	2.015,0	- 301,2
1936	3.127,5	3.226,1	- 98,6	277,2	96,1	181,1	1.908,9	2.139,0	- 230,1
1937	3.172,5	4.144,0	- 971,5	358,4	123,8	234,7	1.915,0	2.334,9	- 419,9
1938	3.879,8	4.735,4	- 855,7	557,2	160,8	396,4	1.966,1	2.471,7	- 505,6
1939	4.297,6	4.850,3	- 552,8	675,5	197,6	478,0	2.319,2	2.787,3	- 468,1

Anos	Cr\$ 1.000 Gov. Municipal Despesa	Cr\$ 1.000 Gov. Municipal Saldo	Deficit Total-To- dos os níveis do Governo Cr\$ 1000	Dispêndio a todos os níveis de Go- verno Cr\$ 1.000	Cr\$ Mi- lhões - PNB Nominal	Participação dos Gastos do Governo no PNB (%)	Participação Defi- cit total do Go- verno no PNB (%)
1919	151,7	- 7,5	- 342,5	1.485,2			
1920	139,4	24,2	- 323,9	1.872,0	15,0	12,5	2,2
1921	163,0	15,6	- 443,5	1.979,5	14,4	13,8	3,1
1922	176,1	20,6	- 544,8	2.217,9	14,0	15,8	3,9
1923	220,1	24,0	- 249,8	2.427,3	18,7	13,0	1,3
1924	233,7	40,4	- 139,0	2.752,6	23,4	11,8	0,6
1925	277,0	61,5	- 63,8	2.910,2	24,5	11,9	0,3
1926	302,5	62,6	- 412,4	3.411,9	23,3	14,6	1,8
1927	357,4	56,2	- 307,4	3.971,7	28,6	13,9	1,1
1928	421,6	54,0	- 49,4	3.842,1	28,5	13,5	0,2
1929	463,0	57,8	- 174,9	4.503,9	28,5	15,0	0,6
1930	416,2	83,5	- 1.349,1	4.684,2	24,5	19,1	5,5
1931	409,3	102,3	- 638,1	4.201,8	21,7	19,4	2,9
1932	404,9	95,2	- 1.385,4	4.694,3	22,4	21,0	6,2
1933	432,9	116,7	- 451,3	4.364,7	24,1	18,1	1,9
1934	431,5	168,2	- 793,5	5.374,6	26,1	20,6	3,0
1935	437,6	179,9	- 124,5	5.404,2	27,0	20,0	0,5
1936	605,4	171,5	+ 23,9	6.066,6	36,1	16,8	-
1937	672,6	188,4	- 968,3	7.275,2	43,4	16,8	2,2
1938	745,9	200,0	- 764,9	8.113,8	45,2	18,0	1,7
1939	912,2	157,0	- 385,9	8.747,4	45,6	19,2	0,9

APÊNDICE Nº 4

Dados de

Produto, Renda Real, Preços Agrícolas e Formação de Capital na Indústria
1919 / 1939

Fonte dos Dados Básicos: - Villela, Annibal Villanova e Suzigan, Wilson
" Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1945 " - IPEA-INPES/1973.

Anos	Índice Produto Real Lavouras p/ Mercado Interno	Índice Produto Real Lavouras p/ Exporta ção	Índice Produto Real Lavouras Mat.Prima Para uso Industrial	Índice Produto Real-Lavouras Total	Índice Produto Real Setor Agrícola	Índice Produto Real Industrial	Índice Produto Real Total
1919							
1920	84,0	52,2	91,9	66,6	70,0	78,0	70,9
1921	84,5	64,0	76,4	70,8	73,3	77,1	73,3
1922	88,4	56,0	89,3	69,4	73,0	89,2	75,5
1923	92,5	56,2	82,7	70,6	74,4	106,5	79,7
1924	83,7	66,4	79,5	73,4	76,9	89,0	79,1
1925	82,7	61,7	84,7	70,8	74,5	89,7	77,3
1926	84,2	64,8	88,1	73,3	77,1	88,8	79,4
1927	93,5	72,5	89,3	81,2	83,8	96,0	86,1
1928	94,7	104,5	92,2	99,9	99,4	103,6	100,2
1929	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1930	97,2	101,6	112,4	100,7	100,4	95,3	99,3
1931	101,6	84,1	105,2	92,0	94,3	103,1	96,3
1932	114,1	93,0	100,8	101,0	100,9	103,4	101,5
1933	114,8	115,8	101,7	112,0	109,8	118,6	112,0
1934	112,7	128,5	114,2	118,0	114,8	133,9	119,6
1935	120,7	104,7	109,5	111,2	110,6	152,8	121,7
1936	119,5	135,3	112,5	125,3	120,9	174,8	135,1
1937	119,8	135,9	95,7	124,2	120,7	187,2	138,3
1938	129,3	138,2	104,9	130,7	125,2	199,5	144,9
1939	130,6	123,8	119,8	126,6	121,1	224,7	149,5

Anos	Produto: Real (PNB) Cr\$ Milhões de 1939	PNB Nominal Cr\$ Milhões	Renda Real Cr\$ Milhões de 1939	Índice da Renda Real	Índice do Consumo Aparente de Cimen- to	Índice do Consumo Aparente de Lami- nados de Aço	Índice de "Quantum" Importações de bens de Capital
1919					31,4	33,0	35,0
1920	21,6	15,0	22,3	61,8	27,4	51,0	58,5
1921	22,3	14,4	22,3	61,8	24,9	22,0	68,1
1922	23,0	14,0	24,8	68,7	50,6	30,7	49,5
1923	24,3	18,7	27,6	76,5	35,4	38,5	64,6
1924	24,1	23,4	29,3	81,2	50,2	66,2	81,8
1925	23,6	24,5	29,0	80,3	53,3	64,5	113,3
1926	24,2	21,9	29,3	81,2	64,9	64,8	83,8
1927	26,3	23,3	30,7	85,0	78,7	74,6	67,3
1928	30,6	28,6	36,1	100,0	86,2	89,0	72,1
1929	30,5	28,5	36,1	100,0	100,0	100,0	100,0
1930	30,3	24,5	33,1	91,7	74,7	47,3	54,0
1931	29,4	21,7	32,2	89,2	44,6	31,1	18,2
1932	31,0	22,4	33,6	93,0	49,1	38,8	15,7
1933	34,2	24,1	36,4	100,8	53,8	56,6	25,7
1934	36,5	26,1	39,2	108,6	71,2	63,2	44,9
1935	37,1	27,0	38,1	105,5	76,1	70,9	67,0
1936	41,2	36,1	42,3	117,2	89,2	80,5	62,0
1937	42,2	43,4	43,5	120,5	102,4	105,7	77,5
1938	44,2	45,2	44,1	122,2	105,7	77,3	66,3
1939	45,6	45,6	45,6	126,3	116,0	87,9	54,1

Anos	Índice de Preços Lavou ras para Mercado Inter no	Índice de Preços Lavou ras de Exportação	Índice de Preços Lavouras para uso Industrial	Índice de Preços Agrícolas Total
1919				
1920	83,3	52,0	105,3	68,2
1921	63,0	43,4	57,4	56,8
1922	64,1	62,8	52,0	65,7
1923	87,1	84,9	75,3	84,3
1924	120,8	100,4	105,1	104,2
1925	137,2	124,6	93,5	121,0
1926	86,7	93,8	96,7	91,8
1927	93,0	88,8	75,2	91,1
1928	106,2	102,6	103,9	102,8
1929	100,0	100,0	100,0	100,0
1930	87,5	81,2	96,3	87,7
1931	79,7	43,7	95,4	68,3
1932	76,7	50,9	93,4	70,3
1933	80,5	49,4	96,7	71,6
1934	88,9	49,2	99,0	74,7
1935	88,4	57,3	89,6	80,1
1936	99,9	58,3	101,6	88,5
1937	107,9	56,6	110,1	91,3
1938	104,1	59,2	119,2	92,2
1939	100,8	58,6	122,1	93,3

APÊNDICE Nº 5

Dados Monetários
1919 / 1939

Fonte dos Dados Básicos: - Villela, Annibal Villanova e Suzigan, Wilson
 "Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira -1889-1945"-IPEA/INPES 1973.
- Deane, P. and Cole, W.A. "British Economic Growth - 1688-1959"-Cambridge - 1962 - Appendix III.

Anos	(1) Taxa de Câmbio Mil réis / £	(2) Indicador de Preços 1929=100	(3) Papel Moeda Emitido Cr\$ 1.000	(4) Caixa Banco do Brasil Cr\$ 1.000	(5) Papel Moeda em Circulação - Cr\$ 1.000	(6) Caixa Bcos.Comerciais Moeda Corrente - Cr\$ 1.000
1919	16,678	71,7	1.748	59	1.689	512
1920	16,623	74,3	1.848	107	1.741	732
1921	28,981	69,1	2.098	132	1.966	727
1922	33,484	65,3	2.366	142	2.224	563
1923	44,652	83,1	2.649	142	2.507	561
1924	40,421	103,7	2.964	114	2,850	574
1925	39,385	110,9	2.707	165	2.542	517
1926	33,611	96,9	2.589	176	2.413	450
1927	41,070	94,8	3.005	270	2.735	549
1928	40.743	99,9	3.379	505	2.874	540
1929	41,015	100,0	3.394	690	2.704	579
1930	44,329	86,6	2.842	323	2.519	573
1931	62,951	79,1	2.942	279	2.663	646
1932	48,531	77,1	3.238	458	2.780	571
1933	53,149	75,4	3.037	379	2.658	443
1934	73,423	76,4	3.157	312	2.845	463
1935	85,112	77,9	3.612	277	3.335	483
1936	86,230	93,8	4.050	211	3.839	550
1937	78,788	109,9	4.550	399	4.151	665
1938	86,387	109,4	4.825	554	4.271	692
1939	85,746	107,1	4.971	362	4.609	755

ANOS	(7) Papel Moeda Poder do Público - $\text{Cr}\$$ 1.000	(8) Depósitos à Vista Bcos. Comerciais- $\text{Cr}\$$ 1.000	(9) Meios de Pagamentos $\text{Cr}\$$ 1.000	(10)=(9)(2) Liquidez Real $\text{Cr}\$$ 1.929	Índice Taxa de Câmbio 1929=100	Indicador da taxa de Cambio Real 1929=100	Índice Papel Moeda da Emitido 1929=100	Índice Caixa do Bco.do Brasil 1929=100
1919	1.177	1.196	2.373	3.310	40,7		51,5	8,5
1920	1.009	1.342	2.351	3.164	40,5	77,1	54,4	15,5
1921	1.239	2.100	3.339	4.832	70,7	133,0	61,8	19,1
1922	1.661	2.433	4.094	6.269	81,6	138,6	69,7	20,6
1923	1.946	2.633	4.579	5.510	108,9	146,3	78,0	20,6
1924	2.276	2.722	4.998	4.820	98,5	98,6	86,8	16,5
1925	2.025	2.390	4.415	3.981	96,0	89,9	79,7	23,9
1926	1.963	2.568	4.531	4.676	81,9	87,7	76,3	25,5
1927	2.186	2.996	5.182	5.466	100,1	106,1	88,5	39,1
1928	2.334	3.575	5.909	5.915	99,3	99,9	99,5	73,2
1929	2.125	3.450	5.575	5.575	100,0	100,0	100,0	100,0
1930	1.946	2.808	4.754	5.490	108,0	121,4	83,7	46,8
1931	2.017	3.501	5.518	6.980	153,5	179,1	86,7	40,4
1932	2.209	4.314	6.523	8.460	118,5	139,3	95,4	66,4
1933	2.236	4.071	6.307	8.365	129,6	152,2	89,5	54,9
1934	2.382	4.849	7.231	9.465	179,0	207,2	93,0	45,2
1935	2.852	4.770	7.622	9.784	207,5	235,7	106,4	40,1
1936	3.289	5.215	8.504	9.066	210,2	200,7	119,3	30,6
1937	3.486	5.992	9.478	8.624	192,1	161,4	134,0	57,8
1938	3.579	8.323	11.902	10.879	210,6	180,9	142,0	80,3
1939	3.854	7.379	11.233	10.488	209,1	190,1	146,4	52,5

Anos	Índice Papel Moeda em Circulação 1929 = 100	Índice Caixa dos Bcos Comerciais 1929 = 100	Índice Papel Moeda Poder do Público 1929 = 100	Índice Depósito a Vista Bancos Comer ciais 1929 = 100	Índice Meios de Pagamentos 1929 = 100	Índice Liquidez Real 1929 = 100
1919	62,5	88,4	55,4	34,7	42,6	59,4
1920	64,4	126,4	47,5	38,9	42,2	56,8
1921	72,7	125,6	58,3	60,9	59,9	86,7
1922	82,2	97,2	78,2	70,5	73,4	112,5
1923	92,7	96,9	91,6	76,3	82,2	98,8
1924	105,4	99,1	107,1	78,9	89,7	86,5
1925	94,0	89,3	95,3	69,3	79,2	71,4
1926	89,2	77,7	92,4	74,4	81,3	83,9
1927	101,1	94,8	102,9	86,9	93,0	98,1
1928	106,3	93,3	109,8	103,6	106,0	106,1
1929	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1930	93,2	99,0	91,6	81,4	85,3	98,5
1931	98,5	111,6	94,9	101,5	99,0	125,2
1932	102,8	98,6	104,0	125,0	117,0	151,8
1933	98,3	76,5	105,2	118,0	113,1	150,1
1934	105,2	80,0	112,1	140,6	129,7	169,8
1935	123,3	83,4	134,2	138,3	136,7	175,5
1936	142,0	95,0	154,8	151,2	152,7	162,6
1937	153,5	114,8	164,1	173,7	170,0	154,7
1938	157,9	119,5	168,4	241,3	213,5	195,2
1939	170,4	130,4	181,4	213,9	201,5	188,2

BIBLIOGRAFIA

1. Baer, Werner - "A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil" - Fundação Getúlio Vargas - 1966
2. Baer, W. e Villela, A.V. - "Industrial Growth and Industrialization: Revisions in the Stages of Brazil's Economic Development" - The Journal of Developing Areas - (Jan. 1973).
3. Cardim, M. - "Ensaio de Analyse de Factores Econômicos e Financeiros do Estado de São Paulo e do Brasil no período de 1913 - 1934 pelo Methodo de Números Índices". Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio - Estado de São Paulo - 1936.
4. Conselho Nacional do Café e Departamento Nacional do Café - Balanços - 1932 a 1939 - Balanços Semestrais - Operações de Conta Própria (ciclo da taxa de 10 shillings) e Balanços Semestrais - Operações referentes ao Serviço do Empréstimo de £20.000.000 (ciclo da taxa de 5 shillings).
5. Delfim Netto, A. - "O Problema do Café no Brasil" - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo - Boletim nº 5 - 1959.
6. Fishlow, A. - "Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil" - Estudos Econômicos IPE/USP - (1972) nº 6.
7. Furtado, Celso - "Formação Econômica do Brasil" - Editora Fundo de Cultura - 1961.
8. Heller, H.R. - "International Trade - Theory and Empirical Evidence" Prentice Hall - 1968.
9. Pelaez, C.M. - "A Balança Comercial, a Grande Depressão e a Industrialização Brasileira" - Revista Brasileira de Economia (Março, 1968).

10. Pelaez, C.M. - "An Economic Analysis of the Brazilian Coffee Support Program 1906 - 1945: Theory, Policy and Measurement" - Rio de Janeiro - 1970
11. Pelaez, C.M. - "As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889 e 1945". Revista Brasileira de Economia (Julho/Set. 1971).
12. Pelaez, C.M. - "História da Industrialização Brasileira" - APEC 1972.
13. Pelaez, C.M. e Suzigan, W. - "Bases para a Interpretação Monetária da História Econômica Brasileira" Revista Brasileira de Economia - out/dez.1972.
14. Revista do Departamento Nacional do Café - Julho de 1934, setembro de 1934 e Junho de 1935.
15. Villela, A.V. e Suzigan, W. "Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira" 1889 - 1945 IPEA/INPES-1973
16. Villela, A.V. e outros - "Aspectos do Crescimento da Economia Brasileira - 1889 - 1969" - Fundação Getúlio Vargas-1971.

ERRATA

<u>Página</u>	<u>Onde se lê</u>	<u>Leia-se</u>
5	depédiam	dependiam
7	contrai a	contraídas
8	precocupação	preocupação
9	invalida	invalidada
9	feito	feita
9	tabela I	tabela 1
10	prejudicias	prejudiciais
15	da	de
16	11,2	11,2%
26	iniciada e	iniciada
32	idspendio	dispêndio
42	Inudustrialização	Industrialização
47	e,	em
47	(1) Os dados...	(1) Este resultado...
	(2) Este resultado...	(2) Os dados...
49	elevados)	elevados),
50	em 1930	em 1939
51	imultiplicador	multiplicador
51	procuto	produto
52	financiada	financiado
55	101,5%	109,5%
59	imprtados	importados
64	feiras	feitas
64	superativ	superavit
82	(10)=(9) (2)	(10)=(9)/(2)
85	Revista Brasileira de Economia	<u>Revista Brasileira de Economia</u>